

Ana Carolina Zappellini Ávila

**A 'MACRO' E A 'MICROFÍSICA': UMA ANÁLISE
COMPARATIVA SOBRE O CONCEITO DE “PODER”
EM MAX WEBER E MICHEL FOUCAULT**

Monografia submetida ao Curso de
Graduação em Ciências Sociais, do
Centro de Filosofia e Ciências Huma-
nas da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção do Grau Ba-
charel em Ciências Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo
Sell.

Florianópolis

2017

Ávila, Ana Carolina Zappellini Ávila

A 'macro' e a 'microfísica' : uma análise comparativa sobre o conceito de 'poder' em Max Weber e Michel Foucault / Ana Carolina Zappellini Ávila Ávila ; orientador, Carlos Eduardo Sell , 2017.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. poder. I. , Carlos Eduardo Sell. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Ana Carolina Zappellini Ávila

**A 'MACRO' E A 'MICROFÍSICA': UMA ANÁLISE
COMPARATIVA SOBRE O CONCEITO DE “PODER”
EM MAX WEBER E MICHEL FOUCAULT**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Ciências Sociais com nota _____.

Florianópolis, 07 de julho de 2017.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Carlos Eduardo Sell, Dr.
Orientador

Prof. Alan Delazeri Mocellim, Dr.
Membro da Banca Examinadora

Prof^a. Márcia da Silva Mazon, , Dr^a.
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a meus pais, cujo apoio e incentivo foram imprescindíveis para que eu pudesse, a cada dia mais, me aproximar da realização do sonho fortuito de me tornar esta figura um tanto socióloga. Todo e qualquer traço de perspicácia para a superação de obstáculos presente em mim, devo exclusivamente a vocês. Obrigada por todo o amor incondicional de sempre.

A meu orientador, professor Carlos Eduardo Sell, que esperou pacientemente pela entrega deste trabalho, meu sincero agradecimento por todos os conselhos e pela inestimável contribuição em minha formação acadêmica, não apenas no que se refere à realização deste trabalho mas também por ser, para mim, uma fonte de inspiração enquanto intelectual.

A meu co-orientador e amigo, Alan Delazeri Mocellim, que participou desde o início da elaboração deste trabalho, agradeço não somente pelas importantes observações, mas também por ser alguém com quem no último ano pude compartilhar as minhas angústias e frustrações em torno da teoria sociológica.

A meus afetos alegres, os amigos queridos que fiz ao longo dos últimos anos e que me acompanharam até aqui, cuja leveza até mim transmitida pôde tornar muito menos insuportáveis os dias durante o sinuoso percurso que é a graduação, um imenso muito obrigada, pela cumplicidade, carinho, e infinitas trocas.

E, ainda, um agradecimento aos meus afetos tristes, os que duvidaram, os que se perderam durante o caminho, todos os quais eu não poderia - até este momento - simplesmente destinar à paz do esquecimento, pois cada parágrafo deste trabalho expressa para mim uma vitória e, de certa forma, também devo ela a vocês.

Agradeço, por fim, a todas as lições que aprendi durante meus quatro anos e meio de graduação. Sobretudo, a todas as experiências, os ensinamentos, as ressignificações e o domínio da arte de relembrar, mesmo diante das situações de intensa rigidez, da importância de estarmos constantemente em processo de reencantamento de nossos mundos.

“Detesto seguir alguém assim como detesto conduzir. Obedecer? Não! E governar, nunca! Quem não se mete medo não consegue metê-lo a ninguém. E só aquele que o inspira pode comandar. Já detesto guiar-me a mim próprio!...” (NIE-TZSCHE, 1882)

RESUMO

Este trabalho possui como intuito comparar o conceito de poder na concepção dos teóricos Max Weber e Michel Foucault, partindo de suas respectivas tradições filosóficas e trajetórias de vida: de um lado o sujeito kantiano esclarecido, favorável aos ideais modernos e, de outro, o sujeito como produto de estruturas e práticas há muito já estabelecidas. A principal premissa é identificar o que é convergente e divergente na obra dos dois autores a respeito da noção de poder e, também, trazer à tona o debate a respeito da existência concomitante das dimensões "macro" e "microfísica" do poder na concepção dos dois autores, uma vez que tanto Weber quanto Foucault compreendem o poder não como um mecanismo de caráter exclusivamente estático e maciço, mas também como algo que está presente no âmbito de todas as relações sociais.

Palavras-chave: Macro e microfísica do poder; Max Weber; Michel Foucault.

ABSTRACT

The present work aims at comparing the concept of power as conceived by theorists Max Weber and Michel Foucault, considering their respective philosophical traditions and their life trajectories: on the one hand, the enlightened Kantian subject, in favor of modern ideals and, on the other hand, the subject as a product of long-established structures and practices. The main premise is to identify what is convergent and divergent in the works of both authors concerning the notion of power and to foreground the debate on the concomitant existence of the “macro” and “microphysics” of power in the conception of both authors, since Weber as well as Foucault understood power not simply as an exclusively static and solid device, but also as present in the scope of all social relations.

Keywords: Macro and microphysics of power; Max Weber; Michel Foucault.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: WEBER, A MODERNIDADE E O SUJEITO KANTIANO DA <i>AUFKLÄRUNG</i>	21
1.1 Contexto histórico e biográfico de Weber.....	21
1.2 As raízes kantianas.....	27
1.3 O projeto da Modernidade e o sujeito kantiano da <i>Aufklärung</i>	31
CAPÍTULO 2: FOUCAULT, NIETZSCHE E O SUJEITO COMO PRODUTO DISCURSIVO	35
2.1 Contexto histórico e biográfico de Foucault.....	35
2.2 Nietzsche e a crítica da razão.....	40
2.3 A pós-modernidade e o sujeito como produto das práticas discursivas.....	45
CAPÍTULO 3: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O CONCEITO DE “PODER” EM MAX WEBER E MICHEL FOUCAULT	50
3.1 A etimologia da palavra poder.....	50
3.2 Poder, dominação e disciplina na teoria weberiana.....	52
3.3 Foucault para além da microfísica do poder.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

Max Weber e Michel Foucault foram dois grandes intelectuais europeus cuja produção teórica não se diferencia de modo tão amplo em se tratando das dimensões de tempo e espaço: apenas meio século separa os dois autores que forneceram substanciosas contribuições no âmbito das Sociologia e Filosofia, constituindo importantes paradigmas teóricos ainda muito debatidos até hoje. Enquanto Max Weber vivenciou em seu tempo a unificação da Alemanha, participou da primeira grande guerra e viu o início da República de Weimar, o francês Michel Foucault vivenciou o apogeu da transformação política e cultural na qual estudantes, operários e intelectuais parisienses participaram ativamente em maio de 68.

Ambos se debruçaram sobre o plano das ações humanas e suas imperfeições, descrenças, imprevisibilidades e, em geral, dos modos com que a operação da racionalização e do poder instaurados pela modernidade atuam na sociedade de seu tempo. À sua maneira, cada um analisou as formas de interpretar os processos oriundos da racionalização e desencantamento do mundo, tais como a formação de uma sociedade disciplinar, os tipos de dominação e, o mais importante e que será discutido neste trabalho, o papel do poder nas relações humanas.

Poucos intelectuais da atualidade assumiram a tarefa de investigar de maneira precisa e acurada a possível relação entre a obra de Weber e de Foucault, o que faz desse um debate ainda muito recente na Sociologia enquanto campo de estudo. Embora alguns pontos teóricos levem à total discordância entre os dois autores, em outros, no entanto, Weber e Foucault mostram-se intensamente similares - senão convergentes -, interessados pelo sentido da vida e ação humana. A preocupação esboçada é de compreender a dominação subjetiva no âmbito das relações sociais, a criação e garantia da disciplina com intuito de assegurar o avanço estatal, a opção pela liberdade de escolha individual na constituição de um *ethos*¹ próprio, e, em suma, da autonomia do indivíduo na condução consciente de sua vida.

O sociólogo húngaro Arpád Szakolczai publicou em 1998 o livro *Parallel Life-Works*, onde realiza uma extensa análise conjunta e detalhada sobre aspectos envolvendo a vida e obra de Weber e Foucault,

¹ Modo ou conduta de vida baseada em normas éticas.

aos quais ele se referiu no prefácio como “os mais controversos e fascinantes pensadores de nosso século” (1998, p. 1)². De maneira minuciosa Szokolczai analisa a trajetória pessoal dos dois autores que, segundo ele, “[...] focaram na formação da conduta e identidade de uma forma moderna de subjetividade, pressupondo que muito da especificidade e do poder da modernidade se localizam aqui”³, apontando como as obras de Weber e Foucault são projetos auto-reflexivos e pessoais. É tendo isso em mente que Szokolczai reconstrói tais experiências como a preocupação principal do seu livro, tratando Weber e Foucault de forma particularmente original e como críticos sociais cujos *insights* questionaram a própria validade da crítica em si.

Desde de *Parallel Life-Works* houve registro de algumas outras pesquisas bibliográficas ao redor do mundo comparando Weber e Foucault nos mais variados aspectos de suas obras. Nas duas últimas décadas, foram realizados estudos importantes sobre o problema da racionalidade, liberdade e também controle da conduta humana presente nos dois autores. Entretanto, no que se refere à análise de caráter crítico-comparativo do conceito de *poder* em Weber e Foucault, os registros são muito escassos em se tratando de estudos publicados que analisam exclusivamente o tema ou, que então, simplesmente perpassam por ele.

Dentre esses é possível citar *A Lebensführung: Encontros e Desencontros entre Michel Foucault e Max Weber*, artigo publicado em 2005 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que busca traçar um paralelo entre os autores partindo das teorias weberianas sobre conduta de vida e noção de burocratização, contrapondo-as com conceitos foucaultianos como biopoder e poder estatal, para então concluir e classificar as concepções de Estado, racionalização e principalmente de poder nas visões de Weber e Foucault como “diametralmente opostas”.

Outro estudo que, embora paralelo à Sociologia, perpassa brevemente pelo tema, é *Weber and Foucault: Convergences and Divergences*, publicado em 2006 pela Universidade de Chicago, o qual busca conduzir o projeto a partir de uma perspectiva também não muito incomum, reforçando a ideia de que “Weber enxerga o poder nos termos de uma autoridade que emana e descende através das ações de agentes

² Tradução minha.

³ Id.

poderosos, enquanto Foucault enxerga o poder como uma força impessoal e horizontal".

Tendo isso em vista, é preciso pontuar que meu objetivo neste trabalho não é discutir o conteúdo presente na pouca bibliografia existente, mas sim partir para uma análise que esteja posicionada além dela e das típicas dicotomias reducionistas que apenas fomentam a ideia de imperfeição e inviabilidade na tentativa de estabelecer uma relação entre os autores. Em nenhum dos estudos comparativos com Foucault foi levado em conta a complexidade de Weber, especialmente no sentido de conceitualização do poder, muito pelo contrário: nota-se uma persistência na incapacidade de se promover uma diferenciação objetiva entre o que Weber concebe como "poder" em *Economia e sociedade*, e "poder estatal" em *A política como vocação*.

Ainda, o objetivo aqui esboçado é trazer à tona a discussão sobre como um clássico pode ser atual, discutindo a pertinência do tema e a importância de se reconhecer a contemporaneidade de Weber, enquanto moderno, confrontando-o com Foucault, autor dito "pós-moderno". E, para que se possa tornar possível esta análise comparativa, contrastando e complexificando as dimensões *macro* e *micro* do poder, procurando identificar possíveis pontos de convergência entre os autores no que envolve não somente o poder mas também conceitos interligados como dominação e disciplina é preciso, de antemão, mergulhar no universo de cada um dos autores e familiarizar-se com seus respectivos contextos históricos, metodologias e tradições filosóficas. Mais precisamente, deve-se compreender o que os autores falam, como falam, de onde falam e por que falam.

Ao revisitar um clássico, considerando em sua trajetória de vida as primeiras estruturas externas e interações simbólicas, é possível perceber, à sombra de suas virtudes e imperfeições, todo o delinear de seu trabalho intelectual. Deste modo, o *capítulo primeiro* deste trabalho possui como objetivo destacar alguns eventos específicos e estruturas que influenciaram o pensamento de Max Weber, indo do geral ao particular, do macro ao micro, assumindo o pressuposto de que para o autor estas esferas estavam estreitamente interligadas. Ainda, além do contexto biográfico e histórico será apontado, na segunda parte do capítulo, o seu ponto de partida: a tradição filosófica kantiana e os desdobramentos feitos por Weber na elaboração de sua própria metodologia de análise. No último tópico desse capítulo será demonstrado o posicionamento weberiano acerca de questões como ciência, Iluminismo, Modernidade, etc.

O *capítulo segundo*, mantendo a mesma estrutura do anterior, terá em sua primeira parte a exposição das condições políticas, históricas, sociais, culturais e econômicas presentes na vida de Foucault, bem como os acontecimentos mais marcantes de toda a sua trajetória pessoal e intelectual. Na segunda parte serão demonstrados os aspectos da obra de Nietzsche que influenciaram Foucault em suas constatações acerca da modernidade e todos os fenômenos oriundos à ela. Ainda, a crítica de Nietzsche à ciência e a exposição do método genealógico como ferramenta utilizada por Foucault em suas análises sobre o poder. No último tópico, será demonstrado como Foucault enxerga os sujeitos e como estes estão constituídos.

No *capítulo terceiro*, será desenvolvido o debate posto a partir dos dois primeiros capítulos. Será apontada a concepção de "poder" para Weber e Foucault, juntamente com a distinção de outros conceitos-chaves tais como "dominação" e "disciplina". Por fim, nas considerações finais, será feita a análise comparativa do conceito de "poder" na concepção dos dois autores em questão e as constatações que podemos fazer considerando todo o percurso deste trabalho. É preciso acrescentar, ainda, que esta monografia possui como intuito promover uma reflexão de caráter estritamente teórico de cunho sociológico em relação ao tema estudado.

CAPÍTULO 1: WEBER, KANT E O SUJEITO COMO PROJETO DA RAZÃO

Este capítulo possui como objetivo principal situar Weber em seu contexto histórico, cultural, econômico e político, demonstrando como se deu sua trajetória intelectual e quais aspectos foram decisivos na formulação de seus projetos mais significativos. A proposta deste capítulo é destacar em quais condições tornou-se possível a elaboração da teoria weberiana da modernidade, juntamente com suas principais características e, também, situar Weber em sua tradição filosófica e explanar suas raízes que estão fixadas no pensamento kantiano. Ainda, será posto em debate a visão de Weber em relação ao sujeito moderno como produto da razão.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO

No século 18, enquanto países como Inglaterra e França já haviam passado pelo processo de industrialização, a Alemanha, que ainda estava longe de vir a tornar-se um Estado-nação⁴, representava um grande atraso em termos políticos e econômicos devido à persistência do Antigo Regime⁵. Entretanto, em se tratando de aspectos correspondentes ao plano das ideias, os Estados alemães⁶ encontravam-se no mais alto nível de desenvolvimento do pensamento filosófico.

A significativa expansão comercial e marítima da Inglaterra e da França, que já ocorria antes mesmo da unificação da Alemanha, colocou esses dois países em contato com novos povos e culturas, desenvol-

⁴ O conceito de Estado-nação refere-se à forma de organização dos governos dos Estados Modernos e às organizações sociais que se estabeleceram em torno deles. É constituído por uma massa de cidadãos que se considera parte de uma mesma nação. Sob essa perspectiva, podemos afirmar que todas as sociedades modernas são Estados-nações, isto é, todas as sociedades modernas estão organizadas sob o comando de um governo instituído que controla e impõe suas políticas.

⁵ O termo Antigo Regime refere-se ao sistema político e social que foi estabelecido na França a partir do final da Idade Média, e foi aplicado depois da revolução como marca da transição política.

⁶ Nome dado à região correspondente Alemanha antes desta se tornar um Estado-nação.

vendo neste contexto o imperialismo⁷ e o desejo de estender os padrões culturais europeus para os demais povos. À Alemanha, por sua vez, coube a necessidade de se promover uma interpretação e compreensão da diversidade desses fenômenos, uma vez que se encontrava em um outro contexto político e com um desenvolvimento econômico tardio. Esses e outros fatores foram determinantes para a constituição de uma Sociologia distinta na Alemanha em relação a tradição positivista científica que prevalecia na Inglaterra e na França.

O mundo em que Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920) nasceu era a combinação de uma persistente estabilidade a nível de relações sociais com um crescimento sem precedentes no status político e econômico da Alemanha. Sua socialização primária se deu em um contexto familiar bem estruturado economicamente, sendo Weber pertencente a uma grande família liberal burguesa. Seu pai, Sr. Max Weber, foi um advogado, protestante que representava uma parte ativa da vida política alemã e era, sobretudo, uma figura autocrata e distante. Sua mãe, Helene Fallenstein, foi uma mulher culta, dedicada às questões do lar e responsável pelo constante incentivo da intelectualidade de seus sete filhos.

Em sua infância, Weber vivenciou a unificação tardia da Alemanha na década de 1862-71, marcada pela vitória na guerra franco-prussiana de 1870-71, que impulsionou o país para um grande desenvolvimento político e econômico. Em aspectos culturais, o mundo em que Weber foi criado possuía uma forte preocupação com a educação e o conhecimento, que basicamente incorporava uma combinação entre disciplina prussiana, culto à sensibilidade artística e idealismo filosófico, inspirado no modelo da *Bildung*⁸, presente nos fundamentos da reforma educacional⁹ ocorrida no início do século.

⁷ "Imperialismo" é um conjunto de prática através das quais, nações poderosas procuram ampliar e manter controle ou influência sobre povos ou nações mais pobres. É usado para designar a expansão européia após 1870, exercendo controle e influência tanto em termos formais como informais, direta ou indiretamente, política ou economicamente.

⁸ *Bildung* refere-se ao cultivo alemão de uma espécie de educação baseada no desenvolvimento pessoal, no qual a filosofia e a educação estão interligadas no que se refere a um processo de maturação pessoal e cultural.

⁹ Por volta das primeiras décadas de 1800, ocorreu a chamada revolução educacional nos Estados alemães, cujos elementos principais desta transformação

Aos cinco anos de idade, Weber mudou-se com sua família de Erfurt para Berlim, e esta saída da cidade provinciana onde havia nascido para a capital alemã provocou uma forte alteração em sua vida familiar. Szakolczai (1998) pontua que o grande impacto sofrido por Weber durante este acontecimento havia se dado no sentido de que, considerando as quatro esferas que envolveram seus primeiros anos de vida - religião, economia, política e conhecimento -, Weber teria nascido no universo das duas primeiras, mas teria crescido apenas em meio às duas últimas, das quais tornou-se muito íntimo depois de se mudar para Berlim.

Deste modo, em sua tenra infância, Weber não demonstrava uma afinidade notável por questões econômicas ou religiosas, as quais se tornariam seus mais importantes temas de análise em sua vida intelectual adulta. Suas maiores paixões, até então, eram a política e o conhecimento - aos quais estava intimamente familiarizado -, sendo o jovem Weber um aluno que não demonstrava grande interesse pela escola formal, que não era capaz de corresponder às altas expectativas de seu intelecto.

Uma experiência específica de grande relevância para o desenvolvimento intelectual de Weber foi a sua confirmação¹⁰ aos quinze anos, que para uma família protestante "é o maior rito atribuído à passagem da infância para a juventude, a qual Weber experienciou em 1879" (Szakolczai, 1998, p. 101)¹¹. O autor descreve que para Weber "o evento não era importante pelo que esperava representar, uma imersão no sentimento e convicção pela religião. Era muito mais uma oportunidade que ele tinha de chegar ao centro das questões, e desta vez a respeito da religião"¹². Deste modo, esta experiência foi relevante para o jovem

foram a "emergência do imperativo da pesquisa" e a "exigência de qualificações profissionais e pedagógicas para futuros professores." (Ringer, 2004, p.19). A partir de então, a educação superior passou a ser um ornamento pessoal e sinônimo de status tão importante quanto o poder econômico nas sociedades europeias modernas. Ainda segundo Ringer (2004), isto, porém, mostrava-se "mais verdadeiro na Alemanha, onde a revolução educacional começou cedo e a industrial relativamente tarde".

¹⁰ O Sacramento da Confirmação, também conhecido como crisma, é o ato que confirma e consolida o batismo e concede o dom especial do Espírito Santo unindo, desta forma, o cristão a Cristo e à sua Igreja.

¹¹ Tradução minha.

¹² Id.

Weber à medida em que se constituiu como um marco no período em que ele passou a se interessar pelo significado histórico do cristianismo, imediatamente após sua confirmação.

Em seus anos de graduação, Weber ingressou na faculdade de direito da Universidade de Heidelberg, sudoeste da Alemanha, onde sua família possuía casa e passava as férias todo ano. A ideia de realizar seus estudos em Heidelberg não se tratava apenas de uma escolha de profissão, expressada pela vontade de seguir os passos do pai, mas também uma escolha pelo lugar em si, expressada pela vontade da mãe, uma vez que a casa de Heidelberg havia sido o lar de sua avó materna - de quem Weber era muito próximo -, e representava, portanto, um ponto seguro e estável desde a sua mudança de Erfurt para Berlim.

Em Heidelberg, além de direito, Weber estudou filosofia, teologia, história e economia. No outono de 1883, Weber se muda para Strasbourg para prestar dois semestres no serviço militar. Logo em seguida, mudou-se novamente para Berlim, para cursar os últimos dois anos e meio que faltavam para concluir sua graduação. Quando já cursava o doutorado, em 1887, Weber teve seu primeiro contato com a obra de Marx, e tal leitura se mostrou tão impactante que influenciou Weber na escrita de sua tese, e também, ainda que primariamente, fez com ele se tornasse um intelectual atento à questões sociais.

Em 1889, Weber defende sua tese de doutorado, intitulada “A história das companhias comerciais na idade média” (*Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter*) e, seguindo nesta mesma linha de combinar análise jurídica com análise histórica, em 1891 defende sua tese de habilitação para docência, sob o título de “A história agrária romana e sua significação para o direito público e privado” (*Die Römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht*).

Os anos que se seguiram, de 1892 a 1893, foram muito significativos na vida de Weber, que então já havia adquirido uma reputação acadêmica e independência profissional. A partir deste período, sua carreira e vida particular passariam a mudar decisivamente, quando por volta de 1893, aos 29 anos, inicia o noivado com sua prima de parte materna, Marianne Schnitger¹³, com quem acaba casando-se em setem-

¹³ Marianne Schnitger (1870-1954) é destacada por ter sido uma talentosa escritora independente e também por ser considerada uma das primeiras feministas da Alemanha. Nos anos seguintes à morte de seu marido, em 1920, escreveu

bro deste mesmo ano, apesar da forte oposição de sua mãe. Com esta mesma determinação, decide lutar contra vontade do pai e mudar os rumos de sua carreira profissional, renunciando ao cargo de professor de direito na Universidade de Humboldt (1891-1893) em Berlim e direcionando seus interesses à economia política.

No ano de 1895, é nomeado a professor de economia em Freiburg, ao passo em que "conhecia e dialogou com as principais correntes econômicas de seu tempo, como 'a escola histórica de economia'¹⁴, e a 'escola marginalista'¹⁵," (Sell, 2015), ministrando sua aula inaugural sob o título de *O Estado nacional e a política econômica*. Em 1896, passou a lecionar em Heidelberg, onde conheceria Else von Richtoffen (ou Else Jaffé), com quem passou a ter um relacionamento íntimo ao longo de muitos anos.

Durante o verão de 1897, Weber foi acometido de uma crise nervosa que o afastou da universidade e de todo o seu trabalho intelectual, dada em razão do grande esforço realizado nos últimos anos e também pela eventual morte do pai, que acarretou um insuportável estresse familiar. Apenas em 1902 Weber começa a se recuperar de sua doença psicossomática e retoma aos poucos ao seu trabalho intelectual, embora permaneça afastado da vida acadêmica. No ano seguinte, ajuda a fundar uma das principais revistas de ciências sociais da época, o "Arquivo para Ciência Social e Política Social" (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*), na qual ocupou o cargo de co-diretor. No *Arquivo*, Weber publica dois ensaios que mais tarde ficariam mundialmente conhecidos como "A ética protestante e o espírito do capitalismo" (*Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*)¹⁶. Também neste ano, Weber

Max Weber: ein Lebensild, uma significativa biografia para se compreender a evolução teórica de Weber.

¹⁴ A escola historicista alemã de economia (*Historische Schule der Nationalökonomie*) foi uma escola de pensamento que defendia que o estudo da história é a principal fonte de conhecimento sobre as ações humanas e sobre questões econômicas.

¹⁵ A escola marginalista é um movimento econômico surgido em 1870 que afirma que o preço final de qualquer produto é também determinado pela relação oferta/demanda, não somente pelo custo de produção, tal qual defendiam os economistas clássicos.

¹⁶ A ideia de escrever um projeto sobre o protestantismo já havia lhe surgido antes mesmo de seu colapso nervoso, mas somente no ano de 1904, após uma viagem aos Estados Unidos que o influenciou diretamente em suas análises sobre o capitalismo, que Weber publicou a primeira parte da obra.

publicou no *Arquivo* um texto intitulado "A objetividade do conhecimento nas ciências políticas e sociais" (*Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*), no qual ele apresentou sua posição na discussão sobre os métodos das ciências sociais que vinham dividindo teóricos e profissionais das ciências históricas, sociais e culturais desde o século 19.

No ano de 1907, Weber recebe a herança de seu tio paterno, Carl David Weber, o que lhe proporcionou a tão sonhada independência financeira, passando então a ter muita liberdade e segurança para dedicar-se integralmente a seus estudos, sem precisar voltar à docência. É neste momento que seus interesses se expandem enormemente, e sua pesquisa científica passa a abordar questões teórico-epistemológicas e sociais, e sobretudo a origem da civilização ocidental e seu lugar na história mundial.

No ano seguinte, ele desempenha um importante papel na fundação da "Associação Alemã de Sociologia" (*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*), juntamente com intelectuais renomados como Georg Simmel (1858-1918) e Ferdinand Tönnies (1855-1911), que o influenciaram amplamente na formulação de suas teses a respeito da economia e da sociedade moderna.

Em 1909, ocorre o falecimento de seu tio por parte de mãe, Adolf Hausrath, deixando para Weber mais uma significativa herança, incluindo a casa da família em Heidelberg, para a qual se muda meses depois. Lá, Weber começa a redigir "A ética econômica das religiões mundiais" (*Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*) e a primeira parte de uma de suas mais célebres obras, "Economia e sociedade" (*Wirtschaft und Gesellschaft*), sobre a qual retomaria a escrita apenas dez anos depois.

No final da primeira década do século 20, o enfoque sociológico vai se tornar predominante nos estudos de Weber. Schluchter, em geral, argumenta que foi neste período dos anos de 1910 que ocorreu um desenvolvimento das ideias de Weber a partir da descoberta do "processo de racionalização". Segundo Sell, "por isto é que podemos dizer que Weber, jurista de formação e economista por profissão, foi se tornando paulatinamente, um sociólogo por confissão" (Sell, 2015, p. 109).

Durante o período da primeira guerra mundial (1914-1918), Weber trabalha administrando alguns hospitais militares na região de Heidelberg e mantém-se em constante produção teórica apesar de não realizar nenhuma publicação.

Em 1917, ele acompanha o final do II império e os primeiros passos da República de Weimar, inserindo-se de forma intensa no debate

sobre a reorganização política da Alemanha atual, resultando, a partir disto, inúmeros textos, dentre os quais merece destaque, pelo seu alcance sociológico, o escrito "Parlamento e governo na Alemanha reordenada" (*Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland*).

Devido a grande influência política que possuía no parlamento alemão e dentre os intelectuais da época, Weber serviu como conselheiro e participou da redação da nova Constituição Germânica (1919), a qual fundou a República da Alemanha, chamada então de Constituição de Weimar¹⁷. Neste período, Weber começa a escrever a segunda parte de *Economia e sociedade*, e em 1920 publica os "Ensaio reunidos de sociologia da religião" (*Gesammelte Aufsätze von Religionssoziologie*), sendo capaz de ver a edição final apenas em seu leito de morte.

1.2 AS RAÍZES KANTIANAS

A tradição alemã de filosofia possuía suas origens no pensamento de Immanuel Kant (1724-1804) - um dos maiores expoentes do idealismo alemão - que ainda em nossa contemporaneidade é considerado por muitos analistas como o pensador mais influente da era moderna, e esta consideração lhe é feita graças à capacidade que possui de sintetizar em suas reflexões o conteúdo de mais de duzentos anos de esforços científicos. Levantar um debate sobre a atualidade de seu pensamento significa compreender sua influência sobre a sociologia compreensiva de Weber, reconhecendo, portanto, esta mesma atualidade nas reflexões do clássico da sociologia.

Tal influência do pensamento filosófico de Kant em Weber torna-se evidente quando Kant desenvolve suas reflexões sobre a dialética transcendental, caracterizando a razão como o momento em que o intelecto lança-se para além do físico e da experiência, sendo ela (a razão) uma capacidade de abstrair e pensar em forma de conceitos, realizando, portanto, "um trabalho preparatório para o conhecimento" (Dekens, 2008, p. 98).

Na "Crítica da razão pura" (*Kritik der reinen Vernunft*), Kant demonstra como os juízos são necessários no processo do conhecimento

¹⁷ A Constituição de Weimar (*Weimarer Verfassung*) declarou a Alemanha como uma república democrática parlamentar e representa a ascensão do Estado social do século 20. Foi o marco do movimento constitucionalista que consagrou direitos sociais e reorganizou o Estado em função da sociedade e não mais do indivíduo.

humano, afirmando que este pode ser dividido em dois tipos distintos. O primeiro conhecimento, que está relacionado ao mundo das abstrações e é independente da experiência, denomina-se ‘puro’ ao passo em que possui suas fontes *a priori*. O segundo conhecimento, por outro lado, possui suas fontes na experiência, *a posteriori*, e por isso denomina-se ‘empírico’.

É a partir destas reflexões sobre os juízos analíticos ou razão *a priori* que Weber desenvolve o conceito de “tipo ideal” (*Idealtyp*), segundo o qual, as categorias das ciências sociais seriam uma construção subjetiva do pesquisador, a partir de sua interpretação particularizada. Utilizando estes conceitos como mecanismo metodológico, é possível selecionar dentro da realidade social sempre complexa, certos elementos que serão reunidos como um tipo idealmente perfeito, a fim de transformar a amplitude de uma determinada realidade social caótica em um conceito compreensível.

Apesar de tradicionalmente ter estado sob a influência de Kant em sua dimensão filosófica, foram os ideais neokantianos da Escola de Baden que desempenharam um papel fundamental sobre as reflexões epistemológicas de Weber. Neste movimento filosófico que buscava situar Kant nas bases epistemológicas, podemos destacar o esforço assumido por intelectuais como Wilhelm Dilthey (1833-1936), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936).

O neokantismo apresenta-se como uma crítica feita pelos historiadores alemães, do século 19 e 20, propondo a interpretação como elemento metodológico para o estudo dos fenômenos históricos, buscando posicionar-se para além de uma simples acumulação de dados. A grande preocupação esboçada pelos seguidores de Kant, era combater os pressupostos da matriz positivista, exaltando o estatuto ontológico essencialmente diferenciado das ciências humanas em relação às demais ciências de corte empírico-natural. Logo, o grande debate que circulava entre o meio acadêmico daquela época passou a levantar os seguintes questionamentos: deveriam as ciências humanas serem rebaixadas ao estatuto de ciências, conforme sugeriam os positivistas, ou, então deveriam declarar-se autônomas?

O neokantianos que contestavam a posição positivista, dentre eles Dilthey, elaboraram formulações com o intuito de identificar os elementos de distinção de uma ciência em relação à outra. Segundo Sell: Dilthey afirmava que a diferença entre as ciências do espírito e as ciências da natureza residia no fato de que seus *objetos de estudos* são distintos (distinção ontológica). [...] Tal diferença, por sua vez,

implica no fato que em cada um destes tipos de ciência existe uma maneira diferente de relacionar o sujeito com o objeto. Enquanto nas ciências da natureza o objeto de estudo é algo exterior ao homem, nas ciências sociais o homem é o sujeito e o objeto ao mesmo tempo. Por isto, concluía Dilthey, as ciências naturais fazem uso do princípio da "explicação" (*Erklären*), enquanto as ciências sociais se articulam em torno da "compreensão" (*Verstehen*). Enquanto a explicação consiste na busca das leis causais, a compreensão implica um mergulho no espírito dos agentes históricos em busca do sentido de sua ação. (SELL, 2015, p. 111)

Se Dilthey identificava a diferença de objeto com base na história e acreditava que a realidade poderia se dividir em setores autônomos, cada um dos quais definindo uma categoria diferente de ciência, os filósofos Windelband e Rickert "discordavam do fracionamento da realidade, que permanece una e sempre idêntica a si mesma, e propuseram um fundamento lógico; as ciências abordam o estudo do real por caminhos diferentes". (Freund, 2003, p. 32)

Logo, para eles, a diversidade metodológica constitui um princípio de classificação: ou o pesquisador busca conhecer as leis gerais, ou então busca compreender a singularidade do fenômeno. Deste princípio classificatório, resultaram duas espécies de métodos principais, um chamado 'generalizante' e o outro 'individualizante'. A partir disto, Windelband classificou estas categorias da ciência como as que seguem o método 'nomotético' ou o método 'idiográfico', respectivamente; e Rickert, por sua vez, preferiu classificá-las como 'ciências da natureza' e 'ciências da cultura'.

Diante destas considerações, Weber não aceita a distinção ontológica apresentada por Dilthey, e tampouco concorda com Windelband e Rickert no que se refere à divisão entre as ciências, fundamentada pela distinção metodológica. Segundo Freund (2003),

[...] nenhum destes métodos possui privilégio ou superioridade em relação ao outro. Fiel ao espírito da epistemologia kantiana, Weber nega que o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade, tanto no sentido da extensão, como no da compreensão. O real é infinito e inesgotável. Consequentemente, o problema fundamental da teoria do conhecimento é o das re-

lações entre lei e história, entre conceito e realidade. Qualquer que seja o método adotado, cada um faz uma seleção na infinita diversidade da realidade empírica. Desta forma, por causa de seu fim, o método generalizante despoja o real de todos os aspectos contingentes e singulares, reduzindo as diferenças qualitativas a quantidades que podem ser medidas com precisão e podem formar uma proposição geral de caráter legal. O método individualizante omite os elementos genéricos a fim de dirigir sua atenção apenas aos caracteres qualitativos e singulares dos fenômenos. Neste sentido, um e outro se afastam da realidade por forças das necessidades da conceitualização, sem a qual não poderia haver conhecimento científico. (FREUND, 2003, p. 33)

É lidando com estas tantas formulações distintas, que Weber elabora sua própria teoria da ciência, realizando um intermédio entre o que os filósofos historicistas formularam (Rickert em especial), e as ideias da escola marginalista de matriz positivista. Da escola neokantiana ele aceita o postulado de que as ciências humanas lidam com a noção de juízo de valor, à medida em que o pesquisador analisa aqueles elementos da realidade que façam algum sentido para ele a partir de suas referências de valor. Por isto, "as ciências sociais são essencialmente hermenêuticas", completa Sell (2015).

Entretanto, Weber aponta que estas ciências não poderiam simplesmente ser limitadas a um método idealizante, que seria insuficiente para explicar a realidade estudada. Segundo Sell (2015), "a ideia de causalidade e os procedimentos explicativos (método generalizante), que são centrais nas ciências naturais, também são um recurso essencial para o entendimento dos fenômenos sociais".

Em síntese, Weber propunha em seu projeto metodológico a unificação das ciências humanas integrando a abordagem compreensiva (*verstehen*)¹⁸ e a abordagem explicativa (*erklären*)¹⁹ em uma visão dual mas não dualista da ciência. O que Weber percebeu foi que toda pesqui-

¹⁸ *Verstehen* é o tipo de abordagem fundamentada pela compreensão "hermenêutica" ou interpretativa dos significados humanos.

¹⁹ *Erklären* é o tipo de abordagem que parte do princípio de explicação dos fenômenos sociais.

sa tem um ponto de partida subjetivo, ligado ao juízo de valor do pesquisador, e compreendeu que este dado não destrua a objetividade²⁰ da ciência. Logo, ele conclui que o ponto de partida investigação até pode ser subjetivo, mas seu ponto de chegada deverá ser rigorosamente objetivo.

1.3 O PROJETO DA MODERNIDADE E O SUJEITO KANTIANO DA *AUFKLÄRUNG*

Em 1783 Kant publicou no periódico alemão *Berlinische Monatsschrift* uma resposta à pergunta “O que é o esclarecimento (*Aufklärung*)?” na qual ele revela no ideal iluminista a possibilidade de o homem deixar-se guiar pela sua própria razão. *Was ist Aufklärung?* Este conceito, em sua totalidade, é definido pela modificação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão. A *Aufklärung* kantiana é um processo que implica na saída do homem de seu estado de ‘menoridade’, do qual o próprio homem é culpado. Por menoridade, apesar da abrangência do conceito, Kant refere-se à dificuldade encontrada pelo homem em ‘servir-se da própria razão’, de atingir o entendimento sem a necessidade de estar sob as sombras da tutela alheia, e aponta esta dificuldade como resultado do não enfrentamento da própria covardia, preguiça, medo e comodismo.

Que, porém, um público se esclareça [*aufkläre*] a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável. Pois, encontrar-se-ão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre os tutores estabelecidos da grande massa, que, depois de terem sacudido de si mesmos o jugo da menoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo. O interessante nesse caso é que o público, que anterior-

²⁰ É importante ressaltar que não se deve confundir a “objetividade” na metodologia weberiana com a “neutralidade” do modelo de ciência seguido pelo Positivismo do século 19, cujos métodos e perspectivas analíticas incontestáveis das ciências exatas Weber caracterizou como inviáveis, afirmando que estes não poderiam corresponder à abrangência das ciências sociais. A limitação ao juiz de fato, neutralidade do pesquisador e a confiabilidade dos resultados eram algumas das exigências dos postulados fundamentais do Positivismo.

mente foi conduzido por eles a este jugo, obrigados daí em diante a permanecer sob ele, quando é levado a se rebelar por alguns de seus tutores que, eles mesmos, são incapazes de qualquer esclarecimento [<Aufklärung>]. Vê-se assim como é prejudicial plantar preconceitos, porque terminam por se vingar daqueles que foram seus autores ou predecessores destes. Por isso, um público só muito lentamente pode chegar ao esclarecimento [<Aufklärung>]. Uma revolução poderá talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar. Apenas novos preconceitos, assim como os velhos, servirão como cintas para conduzir a grande massa destituída de pensamento. (KANT, 1857, p. 2)

Sair da menoridade é, portanto, pensar por si próprio, a partir de sua autonomia, dando vazão àquilo que se deve fazer e conhecer para ser efetivamente o que já é em potencial. É não aceitar a autoridade de outra pessoa na condução em domínios que convém fazer uso da razão, como, por exemplo, um livro que toma o lugar do entendimento, um guia espiritual ou religioso que toma o lugar da consciência, ou um médico que decide pelo paciente o que é melhor para o seu bem-estar. Diante disto, outra pergunta surge: como se desprender desta menoridade que aparenta ser tão banal, mas ao mesmo tempo tão solidificada na conduta humana? A resposta que Kant oferece é a liberdade como elemento essencial para que seja possível fazer o uso público da razão em todas as questões, alcançando, finalmente, o esclarecimento. E esta liberdade está relacionada à faculdade do indivíduo enquanto cidadão.

O uso público da razão se exerce em um domínio onde o homem possui papéis e funções a serem desempenhadas na sociedade, como ser soldado, pagar impostos, ser funcionário do governo, etc., mas nem por isso submete sua própria razão a uma posição e regras estabelecidas. Kant reconhece a dominação e a necessidade de se prestar obediência, mas não admite o homem iluminado de ser impedido de fazer observações sobre os erros no serviço militar, por exemplo, e expor estas observações publicamente. É preciso raciocinar enquanto o todo em volta sugere que não o faça.

Se Kant propõe a autonomia da razão, Weber busca colocar a racionalização no centro de suas análises. Para Kant, a *razão* foi um

elemento central em suas reflexões filosóficas e isto contribuiu significativamente com a formulação do projeto da Modernidade elaborado por Weber, cujo pressuposto inicial foi o problema da *racionalização* que se impôs ao longo de sua vida e caracterizou singularmente sua obra.

A racionalização, como Weber a compreende, está relacionada inicialmente ao fenômeno histórico-cultural que chamou de "desencantamento do mundo" (*Entzauberung der Welt*), e que possui seus desdobramentos do período feudal até a instauração da Modernidade no século das luzes. Esse fenômeno se destaca principalmente em decorrência da necessidade de apreender e organizar o mundo a partir da razão: se, antes o mundo pré-moderno estava envolto sob um manto de misticismo, tradições e religiões que atuavam diretamente na constituição do *ethos* individual, afim de guiar as escolhas conscientes dos indivíduos e estabelecer seu sentido de vida, tratava-se de um mundo "encantado"; à medida em que o teocentrismo foi dando lugar à noção de que o homem é quem estava em posição centralizada em relação a todo o universo e, juntamente com o alto desenvolvimento tecnológico e científico e da ascensão da lógica econômica capitalista no Ocidente, o mundo passou, então, a ser despido deste manto, que foi substituído por uma jaula de ferro na qual todas as ações humanas são aprisionadas pelo espírito da racionalidade do mundo moderno.

Weber descreve na "Ciência como vocação" (*Wissenschaft als Beruf*) o que representa em prática a razão intelectualista oriunda deste processo de desencantamento do mundo e racionalização do Ocidente, caracterizando a ciência como um instrumento que auxilia o homem da ação a melhor compreender aquilo que é capaz de fazer. Neste sentido, não é necessário ao homem racionalizado possuir um conhecimento amplificado de suas condições de vida, ou dos mecanismos de funcionamento do mundo; basta-lhe apenas o fato de saber, de antemão, que *pode* utilizar de tais desenvolvimentos à medida e no instante em que desejar, sabendo que em nenhum momento haverá algum poder misterioso ou fator imprevisível interferindo em sua vida.

É importante ressaltar que a racionalização não está relacionada à noção teleológica de progresso, à medida em que na concepção de Weber o curso da história nem sempre ocorre de maneira linear e positiva. Pelo contrário, a burocratização na modernidade e a intensa racionalização da vida contribuíram ainda mais com o afastamento entre os indivíduos. Portanto, seria um erro acreditar que a racionalização facultaria a razão no sentido não somente das luzes, mas também no de um progresso moral individual ou coletivo (Freund, 2003).

Diante disso, Weber em tom de advertência, anuncia: "quem pretende servir à ciência, deve resignar-se a tal destino" (Weber, 2011, p. 29), aceitando as consequências da visão científica do mundo e da racionalização em sua totalidade - o real que então se torna maçante e utilitário e o grande vazio deixado na existência humana. Mas, apesar de retirar o sentido último do mundo, Weber também percebe que a ciência contribui com a vida do indivíduo, ao oferecer-lhe meios de domínio prático da realidade, a capacidade de avaliar meios e fins e, sobretudo, atingir o esclarecimento. Schluchter (2011) compreende a *Ciência como vocação* nos termos de dever vocacional, auto-limitação e personalidade.

A cultura da personalidade em Weber, que vai muito além do caráter romântico e naturalista constantemente atribuído ao termo, faz parte do seu projeto de condução e ética, onde a personalidade seria uma relação constante e inerente com determinados valores e sentidos da vida que um indivíduo pode atingir no decorrer de sua trajetória, um processo que é ao mesmo tempo um reflexo da *Bildung*. O individualismo ascético humanista são valores presentes numa ética que chegam mais perto de expressar o conceito de personalidade em Weber. Pode-se dizer que a personalidade possui um caráter (1) individualista porque exige uma escolha da parte do indivíduo que resulta em um conjunto sempre complexo de decisões; (2) ascético porque a personalidade está voltada para uma ação contínua e regular necessária para o serviço de uma causa; e (3) humanista porque o direcionamento das ações se volta para valores últimos. Quando estas condições estão presentes na vida do indivíduo, este adquire para si uma personalidade, ao passo em que conhece a si próprio e pode encadear suas ações de forma com que estas possam cumprir as demandas do dia-a-dia.

Por fim, cabe aqui destacar que é este o tipo idealmente perfeito de sujeito do qual Weber parte para formular suas análises, em especial as quais interessam para a elaboração deste trabalho: o sujeito - esclarecido - do poder, da dominação e da disciplina; o homem que faz o uso livre da própria razão, fiel à sua personalidade e à relação constante e intrínseca com certos valores e sentidos da sua formação.

CAPÍTULO 2: FOUCAULT, NIETZSCHE E A NOÇÃO DE SUJEITO COMO PRODUTO DISCURSIVO

Com o intuito de manter a mesma estrutura que compõe o capítulo anterior, o objetivo no presente capítulo será demonstrar o contexto histórico e biográfico do autor em questão e situá-lo em sua tradição filosófica afim de discutir questões pertinentes como método e posicionamento sobre a ciência para então, finalmente, entrar no discurso filosófico da modernidade, apontando a concepção de sujeito na visão foucaultiana. O desenvolvimento deste capítulo se dará a partir da contraposição às subcategorias presentes no capítulo primeiro: enquanto Weber estava situado no contexto da burguesia culta alemã e vivenciou as transformações políticas e econômicas da Alemanha em seu período de unificação, Foucault fazia parte da elite intelectual francesa, foi influenciado pela filosofia de Nietzsche, e estava inserido no paradigma da pós-modernidade vivenciando a ruptura representada pelos acontecimentos históricos do maio de 68.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E BIOGRÁFICO

Paul-Michel Foucault (1926-1984) nasceu e foi criado na província de Poitiers, localizada longe das distrações e influências da cidade grande. Neste período, a França, berço do Iluminismo, encontrava-se diante dos desdobramentos ocasionados pelo pós Primeira Guerra Mundial. Seu pai, Paul Foucault, foi um importante cirurgião e professor de anatomia em Poitiers. Sua mãe, Anna Malapart, era filha de um famoso médico da cidade e desempenhou um papel muito importante na educação do filho, ao criá-lo sob o princípio do ‘autogoverno’. Como membros pertencentes à tradicional e conservadora elite francesa, os pais de Foucault desde cedo estavam preocupados em transmitir para o filho a importância e o valor do conhecimento.

Com o intuito de ficar próximo da irmã, Foucault entrou para a escola antes mesmo de completar quatro anos de idade. Desde cedo foi um excelente aluno e sem muitos esforços se destacava entre os demais. O ambiente em que foi criado era baseado na regra da existência, da promoção pessoal, no dever de sempre saber um pouco mais que os outros e ser um pouco melhor na sala de aula.

Durante a escola secundária, Foucault teve aulas de história com um monge da ordem beneditina, padre de Montsabert, que segundo sua mãe teria sido o único professor que havia deixado uma marca em sua vida escolar. Assim como Weber, Foucault também era dono de uma

imensa curiosidade intelectual, e considerava o currículo da escola insatisfatório. Buscava suas leituras por conta própria e não tardou a aparecer o seu interesse por filosofia, seguido pelo desejo de se aprofundar no tema na universidade.

Apesar das relações com o pai serem tensas, Foucault sempre teve um bom convívio com a mãe, que foi a primeira a apoiá-lo em sua decisão de não se dedicar à medicina, ao contratar um professor particular de filosofia. Neste mesmo período, em se tratando do panorama político, um forte sentimento de angústia pairava sobre a atmosfera da Europa, que experienciava os tormentos da Segunda Guerra Mundial. Logo nos primeiros meses do pós guerra, Foucault mudou-se para Paris afim de ter aulas preparatórias no Liceu Henri-IV antes de tentar sua admissão na faculdade de filosofia da *Ecole Normale Supérieure*. Durante dois meses foi aluno de Jean-Hyppolite, que lhe introduziu à obra de Hegel e deixou uma marca significativa em sua vida intelectual. No ano seguinte, depois de um intenso período de esforço e dedicação, Foucault ingressa na *École Normale Supérieure da rue d'Ulm*, que seria apenas o começo de uma longa e conturbada fase.

Já no primeiro ano de universidade, o jovem Foucault revelava aspectos de sua personalidade que o tornavam uma pessoa frágil e instável emocionalmente. A medida em que começava a experienciar a contragosto a solidão de quem é diferente da maioria, em pouco tempo já havia se transformado em uma figura agressiva e sarcástica, e que assim se manteria por toda a vida. A forte competitividade entre os acadêmicos também lhe serviu como incentivo a se manter afastado do contato social, contribuindo ainda mais para que tais características se solidificassem.

No ano de 1948, aos vinte e dois anos de idade, Foucault tem sua primeira tentativa de suicídio. Seu pai o submete a um tratamento no hospital Saint-Anne, onde tem seu primeiro contato com a instituição psiquiátrica, sendo essa uma experiência que marcaria profundamente todo o seu trabalho. Além da psiquiatria, Saint-Anne aproximou Foucault de outras áreas importantes em sua trajetória intelectual, tais como a psicologia e a psicanálise. Na faculdade, Foucault

foi leitor de Descartes, Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger, Freud, Bachelard, Lacan, etc.

Como muitos outros intelectuais da juventude de seu tempo - Sartre, Beauvoir e Althusser, por exemplo -, Foucault filiou-se ao Partido Comunista em 1950, em grande parte como revolta à adesão francesa ao nazismo. Porém, logo no ano seguinte acaba deixando o partido por conta de divergências político-ideológicas. A França nessa época era um

país muito repressor em questões de sexualidades não normativas, o que ao longo dos anos fomentou cada vez mais a condição de profundo isolamento de Foucault. Entre os membros do partido comunista francês, esta perseguição não era diferente, ao passo em que o Partido Comunista Francês “rejeitava e condenava a homossexualidade como um vício da burguesia e um sinal de decadência”. (Le Roy Ladurie apud Eribon, 1990, p. 50)

Até o ano de 1952, Foucault já havia se graduado em filosofia, psicopatologia e psicologia. Lecionou filosofia e psicologia em diversos países tais como Alemanha, Suécia, Tunísia e Estados Unidos e trabalhou por muito tempo como psicólogo em prisões e hospitais psiquiátricos. No ano de 1954, publicou "Doença mental e psicologia" (*Maladie mentale et psychologie*), e possuía formulado em mente o plano para dois livros: um sobre a loucura, e outro sobre a morte. No ano seguinte, ele decide se afastar da vida acadêmica e aceitar um emprego como diplomata cultural em Uppsala, Varsóvia e Hamburgo.

No tempo em que permaneceu afastado de Paris e das obrigações acadêmicas, Foucault teve tempo para se dedicar ao seu novo trabalho e desenvolver suas ideias. Suas viagens contribuíram de maneira significativa para uma visão de mundo mais rica, incluindo o fato de que os países em que havia ficado correspondiam aos três maiores sistemas políticos e ideológicos da época: a social-democracia²¹, o comunismo²² e democracia cristã²³.

Em Uppsala, na Suécia, Foucault dá início a escrita de um de seus mais importantes estudos que mais tarde ficaria mundialmente conhecido como "A história da loucura na idade clássica" (*Histoire de la folie à l'âge classique*). Seu ponto de partida, além da experiência em

²¹ A social-democracia se constitui em um modelo de organização política e econômica surgido em meados do século 19 nos países escandinavos - incluindo a Suécia -, cuja principal premissa é aceitar a economia de mercado com um forte Estado regulador, e um significativo setor público garantindo o Estado social.

²² O comunismo, que se manteve como sistema vigente em países do Leste Europeu no século 20, é uma forma de organização socioeconômica baseada na luta por uma sociedade igualitária, apátrida e sem classes sociais, e, principalmente, na propriedade coletiva dos meios de produção.

²³ A democracia-cristã é um movimento político que defende uma democracia baseada nos ensinamentos e princípios do cristianismo, tais como a liberdade, a solidariedade e a justiça.

Saint-Anne, foram algumas ideias de Hyppolite sobre a loucura apresentadas em uma leitura em 1955, juntamente com a assistência metodológica de Dumézil²⁴ e o reconhecimento e orientação final de Canguilhem.

No ano de 1961, Foucault retorna à França para a defesa de sua tese de doutoramento na Sorbonne. *A história da loucura na idade clássica* não era considerada por ele apenas como seu primeiro livro, mas também representava o momento de sua carreira em que pôde se afirmar enquanto filósofo. Neste mesmo ano, ele conhece o estudante de filosofia Daniel Defert, que se tornaria seu companheiro de vida de 1963 até o fim.

Por volta de 1966 Foucault já era conhecido mundialmente e aceita lecionar filosofia na Universidade de Tunis, na Tunísia, escapando de seu novo *status* de celebridade intelectual adquirido na França. Lá, ele começa a trabalhar na obra em que mais se aproxima do estruturalismo em toda sua carreira, "A arqueologia do saber" (*L'Archéologie du savoir*). Em 1967, o antissemitismo se espalha pela Tunísia, sendo a cidade de Tunis palco de muitos atos de violência contra o povo judeu durante e depois da Guerra dos seis dias²⁵. Horrorizado com a situação e incentivado por seus alunos da universidade, Foucault se envolve intensamente nas movimentações políticas da Tunísia, protestando contra as prisões e torturas sofridas pela juventude estudantil. Estas movimentações políticas surgidas em junho, ele descreveu da seguinte maneira:

Foi impressionante: assisti a tumultos estudantis muito fortes, muito intensos, precedendo em várias semanas o que aconteceu em maio na França. [...] Devo dizer que esses rapazes e moças que corriam riscos terríveis redigindo um panfleto, distribuindo-o ou fazendo um apelo à greve... que

²⁴ Szacolczai (1988) aponta que a familiaridade dos trabalhos de Foucault poderia, de certo modo, "compensar" a falta de conhecimento que Foucault possuía sobre Weber.

²⁵ A Guerra dos seis dias foi um conflito relâmpago que aconteceu em 1967 entre Israel e os países árabes Egito, Jordânia e Síria, que contavam com o apoio do Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. A justificativa para o conflito, iniciado por Israel, foi a antecipação a uma possível invasão árabe. Além disso, a movimentação do Egito de atuar na expulsão das tropas das Nações Unidas da Península do Sinai. Uma de suas causas foi o ataque do exército israelense contra o Egito, a Síria e Jordânia. Também integravam as forças árabes os exércitos da Arábia Saudita, Argélia, Iraque, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

realmente corriam risco de ser privados da liberdade! [...] Lá, na Tunísia, fui levado a dar uma ajuda concreta aos estudantes... De algum modo tive de entrar no debate político. (FOUCAULT apud ERIBON, 1990, p.181)

Foucault também vivenciou o final de outro marco histórico que foi decisivo para que iniciasse ao longo dos próximos anos suas reflexões sobre o poder: os eventos de maio de 68. O que inicialmente começou como uma série de greves dos estudantes parisienses, rapidamente adquiriu proporção revolucionária, a medida em que gerou a mobilização por parte de operários da França e de outros países. Estes eventos promoveram uma ruptura na atmosfera político-intelectual francesa, trazendo à tona a problematização de novas questões como relações entre gêneros, hierarquias, dogmas intelectuais e vontade das minorias políticas. É preciso ressaltar que esse movimento foi fortemente desencorajado pelo Partido Comunista Francês, fato que para Foucault, apenas reiterava a incapacidade do marxismo em lidar com estas questões.

Em meados de 1968, a situação em Tunis já atingia um nível insustentável de precariedade em diversos aspectos, fazendo com que Foucault retorne definitivamente para Paris, onde no outono deste mesmo ano, experienciaria outro acontecimento marcante em sua trajetória acadêmica: a morte de seu primeiro mestre, Jean-Hyppolite. Aos quarenta e quatro anos de idade, Foucault já havia realizado o sonho de quase todo acadêmico da França, e então era livre para pesquisar, dizer ou escrever o que bem entendesse. Em dezembro de 1970, foi nomeado sucessor de Jean-Hyppolite na cadeira de História dos Sistemas de Pensamento, no *Collège de France*, cuja aula inaugural foi intitulada *A ordem do discurso*.

É importante destacar aqui que a eleição que nomeou Foucault à cadeira de Jean-Hyppolite constitui-se por um processo demasiadamente conturbado e exaustivo. Novamente as instituições acadêmicas não se preocuparam em esconder a antipatia sentida pelas precedências relacionadas a vida pessoal do candidato, que agora era também visto como um rebelde de espírito contestador. Embora tenha sido nomeado, remanesciam os estigmas e a rejeição da instituição acadêmica em relação a uma pessoa que, segundo testemunho de todos, só se dedicava com grande rigor e responsabilidade ao trabalho. Este fato justificaria, de certa maneira, o tom irônico do tema que escolhe para sua aula inaugural, discorrendo sobre como as instituições impõem limites à liberdade dos discursos e os mecanismos sociais de controle do período da fala.

Em abril de 1975, Foucault viaja para os Estados Unidos, atraído em função do forte incentivo à liberdade intelectual, e pela cidade de São Francisco, especialmente, onde pôde vivenciar algumas experiências marcantes em sua vida pessoal, em se tratando de sua sexualidade não normativa, compensando toda a depravação experienciada em sua juventude. Neste período, se inicia mais uma fase de intensas perturbações em sua vida que levaram Foucault a outra tentativa de suicídio.

Apesar de tudo, neste mesmo ano Foucault publica "Vigiar e punir" (*Surveiller et Punir*), um amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, onde começa a ser exposta a noção de *poder microfísico*, cuja premissa principal é descrever os dispositivos de saber e poder que constituíram os sujeitos ao longo da história.

No verão de 1976, Foucault tomou um período sabático com a intenção de escrever seis livros, os quais fariam parte de seu projeto mais ambicioso, "A história da sexualidade" (*Histoire de la Sexualité*). O primeiro deles, intitulado "A vontade de saber" (*La volonté de savoir*), foi publicado no mesmo ano, no qual Foucault utiliza o método genealógico empreendido por Nietzsche para investigar a história da sexualidade desde suas primeiras instâncias discursivas.

No final da década de 70 Foucault já havia delimitado sua nova linha de investigação em suas palestras no *Collège de France* e também já havia estabelecido sua postura ético-política. É na "Microfísica do poder" (*Microphysique du Pouvoir*), obra publicada em 1979 e que reúne uma série de artigos e conferências pelo mundo todo, procurando identificar as diferentes formas de atuação do poder, bem como suas estratégias.

Em 1984, pouco antes de morrer, ele publica novamente outros dois volumes da *História da sexualidade*: "O Uso dos prazeres" (*L'usage des plaisirs*), que analisa a sexualidade na Grécia Antiga e "O cuidado de si" (*Le souci de soi*), que trata da Roma Antiga. O quarto volume intitulado "Os prazeres da carne" (*Plaisirs de la chair*), ficou inacabado, e não se sabe muito a respeito de seu conteúdo, em razão do desejo expresso por Foucault em seu testamento, no qual ele pede para que nenhum de seus escritos inacabados sejam publicados.

2.2 NIETZSCHE E A CRÍTICA DA RAZÃO

O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) viveu no século 19, mesmo período em que a Sociologia começa a emergir na Europa. Segundo Sell (2001), três fatores foram fundamentais para a

origem da Sociologia como ciência: a Revolução Industrial, no século 19, instaurando a divisão entre burguesia e proletariado; a Revolução Francesa, trazendo novas formas de organização política; e o Iluminismo, que busca trazer luzes às trevas decorrentes da monarquia e da religião. Logicamente o pensamento social já existia desde tempos remotos. Todavia, em um contexto de disseminação da ciência, diferentemente do conhecimento obtido pelo legado ou dedução dos tempos anteriores, pretendia-se a busca pela “Verdade” dos fenômenos sociais através do desenvolvimento de um “saber sistemático e secular acerca da realidade, que de algum modo possa ser empiricamente validado” (Fundação Calouste Gulbenkian, p. 14).

As escassas menções de Nietzsche à esta ciência são feitas de maneira negativa, demonstrando sua forte rejeição ao positivismo e à moral que dominava a disciplina²⁶. Para Nietzsche, os sociólogos de sua época falharam ao não buscar compreender em que condições os indivíduos cresciam e aumentavam sua autonomia pois, em sua visão, ao invés de gerarem efeitos positivos para a humanidade, os sociólogos apenas serviam para gerar um enfraquecimento e empobrecimento do ser humano. Mais ainda, o organismo social o qual os sociólogos defendem seria aqueles em que as virtudes do “rebanho” prosperariam (Asper, p. 478-479).

A crítica à Sociologia feita por Nietzsche é baseada no fio condutor de suas teorias: a moral. O filósofo dedicou um esforço especial em interpretar a moral cristã que, para ele, era base de toda a estrutura societária do ocidente até aquele momento. Na visão de Nietzsche, a moral cristã está fundamentada no ressentimento, na ânsia por uma vingança que não é possível de se concretizar; uma vingança “imaginária”, impotente, que tem como fim o “niilismo”, o “nada querer”, ansiando o céu cristão. A “moral escrava” - como ele se referencia à moral cristã -, por ser impossibilitada de ter o poder coloca os valores fracos - compaixão, honestidade, igualdade, etc. - como os valores ideais, valores que para Nietzsche seriam “contra a vida”.

Nesse sentido, Nietzsche tece críticas profundas aos pensadores europeus de seu tempo, pois, apesar de estes se posicionarem como seculares e colocarem “tudo em questão”, não reavaliam os próprios valores nos quais estão inseridos - o “valor dos valores”. Eles realiza-

²⁶ Nietzsche nunca chegou a conhecer o método científico elaborado por Weber, no qual a sociologia adquire uma forma hermenêutica, contrapondo-se a ênfase até então dada à sociedade externa e em detrimento do indivíduo.

vam, na realidade, uma “meia crítica”, longe de alcançar a “verdade” em suas formulações, longe de estarem *além do bem e do mal*.

Por conta dessa “meia crítica” Nietzsche coloca que toda a filosofia ocidental ainda estava presa aos preconceitos morais cristãos, a valores que vão influenciar de forma profunda na reflexão do mundo. Esse diagnóstico seria confirmado pelos ideais dos filósofos, como igualdade, compaixão e humildade; valores cristãos envoltos pelo ressentimento e pela fraqueza e que agora aparecem de forma secularizada. O próprio imperativo categórico kantiano, que tratava-se de um conceito sobre o qual o indivíduo deveria agir de acordo com uma máxima universalizada, fazendo valer para si as mesmas ações que faz sobre o juízo dos outros, na visão de Nietzsche era tido como uma moral cristã ainda mais rígida.

Portanto, a postura de Nietzsche frente a ciência, o racionalismo intenso e noção de Modernidade Ocidental era de crítica, ao passo em que o filósofo acredita que deve ser dado vazão à vontade de potência do ser e, por conta disto, surge sua crítica à busca pela verdade a qualquer custo intrínseca ao pensamento científico moderno. Na visão de Nietzsche, “o conceito de racionalização não representa necessariamente o desenvolvimento vital e o aprimoramento das forças criativas do ser humano, significando talvez o seu declínio orgânico e um distanciamento valorativo da experiência imanente da existência” (Bittencourt, 2010, p. 1).

Para Nietzsche, no momento em que os saberes da ciência se tornaram esferas autônomas e independentes dos aspectos religiosos, ocorreu a “desvalorização de todos os valores”, sendo a saída encontrada para esse problema a “transvaloração dos valores”, baseada na máxima de que é o próprio indivíduo que deve dar estilo a seu caráter e fundar sua própria ética, agindo de acordo com suas próprias vontades, sendo esse um reflexo do posicionamento anti-idealismo e anti-universalismo marcantes na filosofia de Nietzsche.

Enquanto Kant procurou legitimar o projeto moderno de racionalização, apontando que o indivíduo deveria buscar a autonomia da razão para atingir o esclarecimento, Nietzsche propõe o esquecimento²⁷

²⁷ O esquecimento é a possibilidade do novo, da construção do presente. Segundo Nietzsche, “esquecer não é uma simples *vis inertiae* [força inicial], como creem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais em nossa consciência [...] (Nietzsche, 2009, p. 43).

como forma de autopreservação e aprimoramento do indivíduo, fazendo uma crítica da razão. No "Discurso filosófico da modernidade" (*Der Philosophische Diskurs der Moderne*), Habermas destaca que foi com Nietzsche que o homem chegou a um esgotamento irrevogável da razão como norte determinante das ações humanas. Na segunda dissertação da "Genealogia da moral" (*Zur Genealogie der Moral*), ele ressalta a importância de afastar-se da consciência, da moralidade e da própria razão como forma de dar vazão às forças internas do próprio ser.

[...] fechar temporariamente as portas e janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviais e cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de tábula rasada consciência, para que novamente haja lugar para o novo, sobretudo para as funções e os funcionários mais nobres, para o reger, prever, predeterminar [...] eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento. (NIE-TZSCHE, 2009, p. 43)

Habermas aponta que o esclarecimento histórico na visão de Nietzsche apenas reforça as fragmentações trazidas pela modernidade, ao passo em que "a razão apresentada na forma de religião cultural, não desenvolve mais nenhuma força sintetizadora capaz de renovar o poder unificador da religião tradicional" (Habermas, 2000, 125). Pelo contrário, na modernidade não há possibilidade de se fazer o caminho de "volta às origens" expresso nos escritos de Nietzsche que se dirigem ao ethos da Grécia antiga, "mundo primordial do grandioso, do natural e do humano"²⁸.

Para Nietzsche, a ciência exercita a capacidade do indivíduo em desprender-se da metafísica e da religião, que até então pareciam ser insuperáveis, concluindo que esta "produz um aumento de energia, de capacidade dedutiva, de tenacidade; aprende-se a alcançar um fim de modo pertinente". Entretanto, o filósofo acrescenta que a ciência é apenas uma parcela ínfima dentre um vasto e diversificado campo de diferentes saberes.

²⁸ Idem.

A criação do método genealógico no pensamento de Nietzsche foi uma forma de conseguir unir a filosofia e a história sem cair em teleologias ou em um puro arquivamento de dados históricos. Do ponto de vista metodológico, a genealogia é a explicação de um fenômeno a partir da “reconstituição dos momentos constitutivos de seu vir-a-ser, de tal maneira que o sentido atual desse fenômeno não pode ser obtido sem o conhecimento da série histórica de suas transformações e deslocamento” (Giacoina Jr., p. 46).

Em *A arqueologia do saber*, Foucault realiza uma tentativa inédita de explicar de maneira sistemática sua metodologia de análise, e foi nesta obra que o problema epistemológico surgiu em sua trajetória intelectual, apresentando o método arqueológico que adotou em suas análises, dedicado à reconstituição do que de mais profundo existe numa cultura. Esse *episteme* que nasceu em seus primeiros livros, rapidamente deu lugar ao método genealógico de investigação, e é nesta fase de Foucault que reside o interesse predominante deste trabalho.

Devido a sua grande influência e embasamento na tradição filosófica de Nietzsche, Foucault adota a genealogia como principal método de investigação, que, em linhas gerais, trata-se de uma investigação rompendo com a noção de uma história linear ou progressiva. A atividade genealógica está baseada em promover uma ativação dos saberes ditos locais, descontínuos, desqualificados, etc. Para o intelectual francês, “as genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências [...] são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater” (Foucault, 1979, p. 171).

a genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. ... daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda racionalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT 1979, p. 15)

Portanto, a tarefa do historiador seria questionar os documentos e acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas para que os estratos de conhecimentos se multiplicassem em singularidades. O projeto genealógico é uma forma de "considerar a história de uma ciência como o desenvolvimento linear e contínuo a partir de origens que se perdem no tempo e são alimentadas

pela interminável busca de precursores’’, fazendo da história uma multiplicidade de tempos, e não uma duração única (Foucault, 2000).

2.3 A PÓS MODERNIDADE E O SUJEITO COMO PRODUTO DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

A partir da década de 1950, o termo “modernização” foi introduzido nas análises filosóficas, colocando a teoria weberiana da modernidade sob uma outra ótica. Segundo Habermas, ‘ela separa a modernidade de suas origens - a Europa dos tempos modernos - para utilizá-la em um padrão, neutralizado no tempo e no espaço, de processos de desenvolvimento social em geral’ (Habermas, 2000, p. 4-5). O argumento habermasiano seria de que a modernização ‘rompe os vínculos internos entre a modernidade e o contexto histórico do racionalismo ocidental’²⁹, que já não estaria mais tão relacionada à racionalização, mas sim à uma “abstração plena de consequências”³⁰, em um conjunto de processos cumulativos que se mantém mutuamente.

Nesse sentido, essa discussão que se estendeu até a década de 1960, teria fornecido condições para que o termo “pós-modernidade” se desenvolvesse, partindo da necessidade de destacar a ideia de acabamento do projeto da modernidade e de um “estado final ao qual deveriam seguir-se desenvolvimentos pós-modernos.”³¹

Em face de uma modernização que se move por si própria e se autonomiza em sua evolução, o observador social tem razões de sobra para se despedir do horizonte conceitual do racionalismo ocidental em que surgiu a modernidade. Porém, uma vez desfeitas as relações internas entre o conceito da modernidade e a sua autocompreensão, conquistada a partir do horizonte da razão ocidental, os processos de modernização que prosseguem, por assim dizer, automaticamente, podem ser relativizados desde o ponto de vista distanciado do observador pós-moderno. Arnold Gehlen sintetizou esta questão em uma forma marcante: as premissas do esclarecimento estão mortas, apenas suas consequências continuam em curso. Dessa

²⁹ Id.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

perspectiva, uma ininterrupta modernização *social* auto-suficiente destaca-se dos impulsos de uma modernidade *cultural* que se tornou aparentemente obsoleta; ela opera apenas com as leis funcionais do Estado, da técnica e da ciência, as quais se fundam em um sistema pretensamente imune a influências. (HABERMAS, 2000, p. 6)

O esclarecimento kantiano, como o percebemos, está até hoje no centro do debate sobre o que é e como se constitui o fenômeno da modernidade. Foucault, como um intelectual que vivenciou o período histórico de ruptura que abriu as portas para a transição para a chamada pós-modernidade³², também debateu a *Aufklärung* de Kant, chegando a escrever em 1984 uma resposta à pergunta “O que é o esclarecimento?”, na qual discute os aspectos que caracterizaram a modernidade, além de fazer uma crítica ao filósofo do idealismo alemão no que diz respeito à noção do sujeito enquanto mediador e referência de todas as coisas, já que, para Foucault, o homem é produto das práticas discursivas.

Segundo o filósofo, a modernidade não deveria ser caracterizada como um acontecimento ou conjunto de acontecimentos e de processos históricos complexos, mas sim como “uma atitude, um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns” (Foucault, 1984, p. 341-342). A postura radical do pensamento filosófico de Foucault no que diz respeito às suas críticas tecidas sobre a modernidade, relaciona-se, em grande parte, ao marcante saudosismo sobre a cultura grega, decorrente da forte influência das obras de Nietzsche em sua formação intelectual.

A ideia de se promover um retorno à Grécia antiga a partir da reconstrução da moral que Foucault propõe em *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* destaca uma forma de relação do homem com o próprio homem que não está baseada na universalidade de um fundamento e tampouco em uma reflexão sistemática sobre o sujeito como algo preexistente. Na moral grega o caráter individual da conduta é respeitado. A escolha do modo e da conduta de vida é uma questão pessoal e a cons-

³² Habermas postula que dentre os intelectuais que não concordavam com a dissociação da modernidade e racionalidade, a ideia de pós-modernidade “apresenta-se sob a forma *anarquista*”, na qual buscam igualmente pelo fim do esclarecimento, ultrapassando o horizonte da razão e posicionando-se para além desta, numa dimensão de pós-história.

trução do projeto sobre a própria vida se firma em uma série de técnicas que não implica em um caráter normativo. Segundo Foucault, o elemento sobre o qual se funda a moral antiga é o "cuidado sobre si", a *ascese*³³ elevada à categoria de matriz constitutiva do *ethos*, onde o *ethos* caracteriza a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros.

Tanto Weber quanto Foucault estavam preocupados com questões envolvendo o sentido da vida humana, a constituição de um *ethos* próprio e a autonomia do indivíduo na condução consciente de sua vida. Entretanto, enquanto para Weber a modernidade lhe servia como a possibilidades do homem de se tornar o sujeito de si mesmo a partir do exercício do esclarecimento, Foucault segue por uma linha semelhante a de Nietzsche e retira a modernidade de sua posição de privilégio, à medida em que "a consciência moderna do tempo proíbe toda a ideia de regressão, de retorno imediato às origens míticas" (Habermas, 2000, p. 126). Para Foucault, o sujeito é compreendido a partir das imposições que lhe são feitas exteriormente, sendo o homem um produto das relações de saber e de poder. Sujeito das práticas discursivas.

Em dezembro de 1970, ao ser nomeado sucessor de Jean-Hyppolite na cadeira de história dos sistemas de pensamento, Foucault proferiu em tom de conferência sua aula-magna no *Collège de France*, a *Ordem do discurso*, que posteriormente seria transformada em um opúsculo cujas páginas se dispuseram a fazer uma análise do discurso com enfoque no acontecimento discursivo. O filósofo dá início ao seu pronunciamento com um paradoxo: como falar sobre o discurso tendo-se de empregar o próprio discurso para desvendá-lo? E expressa, logo em seguida, um certo desejo e medo que emergem diante do discurso; o desejo de não ter que firmar um começo, de se encontrar do outro lado sem ter que passar pela trajetória sinuosa e repleta de incertezas acarretada pelo discurso. A esse desejo firmado em um medo, as instituições oferecem uma alternativa pretensiosa: um discurso pronto, processado, da ordem das leis, cujo poder advém da própria instituição.

Ao longo de seu pronunciamento, o filósofo discorre suas reflexões e pesquisas sobre o discurso e como o mesmo exerce funções de controle e validação das regras de poder em uma determinada sociedade. O discurso, de forma resumida, é caracterizado por uma rede de signos

³³ Conjunto de práticas e disciplinas caracterizadas pela austeridade e autocontrole do corpo e do espírito, que acompanham e fortalecem a especulação teórica em busca da verdade.

que se conecta com outras tantas redes de outros discursos, que registra, consolida, e reproduz não apenas significados esperados no interior do discurso, mas também significantes, capazes de perpetuar certos valores de uma sociedade.

A intenção de Foucault, em síntese, era de estudar as formas de constituição do indivíduo moderno, e para isso o filósofo se remete aos mecanismos de objetivação e subjetivação que atuam neste processo. Também, é demonstrado na *Ordem do discurso* uma outra preocupação de Foucault: o sujeito do conhecimento. Por conta disso, a análise foucaultiana não possui em seu ponto inicial a constituição do sujeito, mas sim a procura por pensar os processos de objetivação e subjetivação que ocorrem anteriormente a ele.

Os processos de objetivação podem ser compreendidos como os mecanismos que tendem a fazer do homem um objeto para o conhecimento. Eles se estão relacionados aos processos disciplinares que tendem a tornar o homem dócil do ponto de vista político e útil do ponto de vista econômico. Os processos ditos de subjetivação, por sua vez, estão relacionados ao modo como o próprio homem como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou seja, são os processos que buscam compreender como o sujeito moderno percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto. Desta maneira, estes dois processos são complementares entre si e se relacionam por meio de "jogos de verdade", os quais, segundo Foucault, são compreendidos não por um "descoberta das coisas verdadeiras", mas pelas regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, "aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso" (Foucault, 2004, p.235).

Portanto, os "jogos de verdade" são os modos pelos quais os discursos podem ou não se tornar verdadeiros, variando dos contextos e das circunstâncias em que são ditos. Ainda, representam o modo pelo qual um certo tipo de objeto se relaciona com o sujeito. Em se tratando das ciências humanas, é possível se deparar com práticas discursivas em que o sujeito se torna o próprio objeto de investigação e de discursos que podem vir a ser considerados verdadeiros ou falsos. Em suma, ao mesmo tempo em que o sujeito é compreendido como "objeto de conhecimento" - ou produto das práticas discursivas - é, também, o sujeito detentor deste conhecimento.

A medida em que analisa a relação entre os jogos de verdade e a objetivação do sujeito, Foucault é direcionado para uma problematização das relações de poder na sociedade ocidental, já que nesta os discursos das ciências humanas funcionam não apenas como práticas discursivas, mas, sobretudo, como práticas coercitivas. É a partir da relação

entre poder e saber que Foucault resolve reformular todas as perguntas das quais partiam seus estudos: o interesse que antes se direcionava à análise de como os discursos das ciências humanas obteram para si o estatuto de “Verdade”, passou, então, a dar lugar para uma reflexão e investigação sobre as condições históricas, políticas, econômicas e culturais que tornaram possível o surgimento.

Além da análise discursiva, Foucault busca como complemento a articulação entre os discursos e as práticas sociais e institucionais, com o intuito de perceber como as diversas formas de saberes se tornam dispositivos que atuam a serviço dos mecanismos de poder na sociedade. Vale ressaltar que o objetivo neste capítulo não é compreender como Foucault analisa o poder, mas sim demonstrar de onde surge seu interesse para esta análise. A preocupação de Foucault está voltada para os efeitos coercitivos das práticas discursivas e das práticas institucionais, buscando compreender os modos distintos pelos quais os indivíduos tornam-se sujeitos sujeitados a esta dinâmica constante e circular de relações que lhe são exteriores.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O CONCEITO DE “PODER” EM MAX WEBER E MICHEL FOUCAULT

Este capítulo possui como objetivo principal expor como Weber e Foucault conceituam o poder, a partir de suas respectivas tradições filosóficas apontadas nos capítulos anteriores. Partindo da etimologia da palavra "poder", será delimitado o enfoque que desejo atribuir a esse trabalho: uma análise teórica-comparativa de cunho sociológico e que busca se afastar das concepções de poder e Estado ou "poder estatal" presente na obra dos dois autores. Aqui desejo empregar o significado “puro” de poder na visão dos dois autores, sem entrar no âmbito das infinitas variações do termo que pode ter.

3.1 A ETIMOLOGIA DA PALAVRA "PODER"

A palavra poder, derivada do latim *potere*, significa etimologicamente “poder” e “ser capaz de”. Está relacionada ao exercício da capacidade que o indivíduo possui de deliberar arbitrariamente, agir e mandar. Significa, ainda, ter força física ou moral; ter influência e valimento. Uma relação interpessoal de poder pode se dar, originalmente, quando um indivíduo está plenamente condicionado a outro, ou seja: se dá, no instante em que o objeto de desejo deste indivíduo - ou grupos - se encontra dependente da vontade de outra pessoa, sendo que, quanto maior for a dependência de um, maior será o poder de outro.

No âmbito da filosofia política, muitos autores abordaram a concepção de poder e apresentaram diversas perspectivas na tentativa de compreender o que é o poder e como este se manifesta nos fenômenos da vida política. Segundo o filósofo e cientista político alemão Karlfriedrich Herb (2013), o poder possui em meio à todas as suas atribuições uma concorrente de campo semântico: a violência. Em alemão, a palavra poder origina-se dos modos verbais *Können* e *Vermögen* (poder e ser capaz de). Violência (*Gewalt*) tem sua derivação no verbo *walten* (reinar) que significa algo semelhante a ter força, estar em voga sobre algo, reger. Deste modo, muitas vezes poder e violência encontram-se em um grande dilema conceitual à medida em que não são usados de maneira distintiva e, por conta disso, passam a ocupar o mesmo campo semântico.

De acordo com Herb (2013), falar sobre poder é também falar sobre violência. A concentração de poder e o monopólio legítimo da violência física como *condição* para que se exista um Estado moderno burocratizado ou, também, o pacto hobbesiano de submissão como re-

núncia dos homens ao seu estado de natureza, no intuito de garantir sua autopreservação a partir de um contrato social que monopoliza o poder para o soberano, são exemplos de que o Estado pode ser o detentor *legítimo* do poder coercitivo.

Entretanto, o sentido que desejo atribuir aqui é o entendimento do princípio do poder no âmbito das relações sociais, partindo de uma perspectiva analítica de caráter estritamente sociológico, afim de compreender os efeitos do poder na vida societária e em suas micro-esferas. A proposta deste trabalho constitui-se em uma análise comparativa não apenas dos significados, mas também dos *significantes* do conceito de poder na concepção de Max Weber e Michel Foucault e, por conta disto, é importante ressaltar que não se deve confundir os conceitos weberianos de Estado e poder nesta análise: este segundo é uma relação social e o Estado é uma instituição.

A concepção formulada por Weber em *Política como vocação* de que o Estado "não se deixa definir a não ser pelo específico *meio* que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física" (Weber, 1968, p. 56) reitera a ideia de Estado e violência estarem diretamente associados, em razão da famosa afirmação weberiana de que o Estado moderno reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. No entanto, meu objetivo aqui é tratar a compreensão de Weber sobre "poder" demonstrada em dois momentos da obra *Economia e sociedade*: no primeiro volume, capítulo 1, "conceitos sociológicos fundamentais" e no segundo volume, capítulo 9, "sociologia da dominação", que retiram da noção de "poder estatal" a sua solidez para atribuir ao "poder" um significado distinto, muito mais difuso e muito mais ambíguo, estando propício a uma série de possibilidades distintas de interpretação.

Em síntese, a proposta deste trabalho é demonstrar que a concepção de poder na perspectiva weberiana, quando esta se desloca da noção de poder estatal, pode ser compreendida em termos de uma *microfísica* tanto quanto àquela existente no paradigma foucaultiano. Desse modo, é levantado o debate de como a sociologia clássica weberiana pode ser ainda muito atual para nós, uma vez que, ao pensarmos o poder por si só, como algo além da dicotomia poder — Estado ou "poder estatal" estamos finalmente atribuindo a Weber uma complexidade até então não reconhecida talvez por não ter explorado tanto a questão do poder em sua obra. Por conseguinte, a intenção aqui é investigar também se o conceito de poder na concepção foucaultiana é tão incontestavelmente "micro", já que o próprio fundamento da análise na perspectiva weberiana - a dissociação entre as categorias poder e Estado - em si já compro-

va que o poder na perspectiva de Weber não promove incentivo para que o estatuto de *macrofísico* possa ser mantido.

3.2 PODER, DOMINAÇÃO E DISCIPLINA NA TEORIA WEBERIANA

Como o sabemos, Weber foi um intelectual moderno, simpático ao Iluminismo e influenciado pela filosofia kantiana. Sua sociologia perpassa pela ideia de ciência objetiva, isenta de juízo de valores³⁴ (o que não deve ser confundido com positivismo, pois se trata de “objetividade” e não “neutralidade”) e baseada na racionalização oriunda da Modernidade, estando o seu conceito de “racionalização” atrelado a um alto nível de complexidade, do qual o autor se utilizou do termo para abranger três conjuntos de fenômenos que relacionam-se entre si: a “intelectualização” (aspecto positivo), e o “desencantamento do mundo” (aspecto negativo); o crescimento da racionalidade no sentido do “elo metodológico entre um determinado fim prático estabelecido e o uso de um cálculo crescentemente preciso dos meios adequados”; e o crescimento de uma racionalidade no sentido de uma formação de uma ética sistemática orientada para objetivos fixados (Giddens, 1998).

Antes de entrarmos na discussão sobre como o poder em Weber se constitui, é preciso apontar que a obra utilizada para esta análise, *Economia e sociedade*, foi organizada em dois volumes publicados postumamente por Marianne Weber, na qual estão contidos uma ampla coleção de textos econômicos, sociológicos e político-sociológicos. Isto nos demonstra que alguns conceitos weberianos - incluindo o de “poder”, que aqui nos interessa - não estão agrupados em um único texto ou capítulo em especial, mas aparecem paralelamente em instantes distintos da obra. Ainda, a maioria dos textos estão organizados de acordo com o tema e não com a ordem cronológica de escrita, o que faz com que possamos nos deparar com um problema de ordem teórica dado que a obra sofreu um interím de mais dez anos em sua escrita devido aos acontecimentos históricos da Primeira Guerra. Por conta disso, é preciso levar em consideração todas estas dificuldades que devem ser enfrentadas para concluir esta etapa tão crucial desta pesquisa.

³⁴ Para Weber, a escolha de um objeto de estudo tratava-se de um juízo de valor por parte do cientista, mas este deveria elaborar suas investigações com neutralidade absoluta, racionalidade e objetividade, sem deixar-se envolver em na amplitude subjetiva de seus aspectos pessoais ou valores morais.

Ainda, para que se possa compreender substancialmente o que Weber entende como poder é preciso considerar *a priori* como se dá a estrutura de seu pensamento sociológico, cuja visão é de uma vida societária que se encontra organizada como uma teia de relações, na qual os pontos se entrelaçam e formam um todo onde cada indivíduo desta configuração se relaciona com o outro para que haja um bom funcionamento da sociedade. Deste modo, a Sociologia na concepção de Weber é "o estudo das interações significativas de indivíduos que formam uma teia de relações sociais", sendo o seu objetivo a compreensão da conduta de vida humana dentro do contexto social.

A teoria do poder weberiano constitui-se no esquema poder — dominação — disciplina. É a partir do significado subjetivo e difuso de poder que surgem suas formas mais específicas - dominação e principalmente disciplina -, o que não significa, entretanto, que o poder na concepção weberiana possa ser compreendido como um elemento centralizado e de ordem dedutiva cuja análise seria feita de maneira "descendente", partindo da inferência de um todo para uma parte. Com base na perspectiva sociológica de Max Weber, o poder é compreendido da seguinte maneira:

[...] significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. [...] O conceito de poder é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações³⁵ possíveis podem pôr alguém em condições de impor suas vontades, numa situação dada. (WEBER, 2014, p. 33)

Se Weber postula que "o poder é sociologicamente amorfo"³⁶, logo, no mundo dos conceitos, isto nos remete à uma ideia de fluidez e de ausência de forma. Sendo assim, o poder não pode ser tomado *exclusivamente* como um (1) fenômeno maciço e homogêneo de ações de um

³⁵Fazendo uma analogia entre ciência da cultura e astronomia, Weber adota o termo "constelação" (Konstellation), conferindo-lhe, entretanto, um sentido adequado à sua perspectiva epistemológica. Por constelação passa a designar a conjunção não-essencial de elementos que formam os objetos do saber científico, isto é, uma conjunção significativa, que se sustenta unicamente no movimento subjetivo de aplicar um interesse particular à pesquisa da realidade.

³⁶ Aquilo que não tem forma determinada; destituído de natureza ou organização que possam ser definidos.

indivíduo ou grupos sobre outros e, também, não deve ser concebido meramente como um (2) organismo de caráter “uno”, estático, *macrofísico*, que está situado no cerne do aparelho estatal e que, decrescentemente, emana sobre os indivíduos. O poder existe em toda relação social e está em todo lugar.

Weber emprega algumas ressalvas para que o poder possa ser exercido, e uma delas é a necessidade de haver fundamento, seja qual for a sua natureza. Esta ideia implica no fato de que para Weber existem certos recursos que são necessários para que seja possível “impor a própria vontade dentro de uma relação social”, ou que, simplesmente, para que esse poder se torne legítimo no momento de sua execução; é preciso contar com algo “a mais”, um diferencial em relação ao outro indivíduo. Numa relação social mais simples, como num diálogo, por exemplo, o recurso que fundamenta a execução do poder pode variar conforme mudam os interlocutores. Quando um dos indivíduos fala, este exerce o poder sobre o outro que ouve. Em seguida, quando o segundo interlocutor fala, ele passa a ser quem exerce este recurso, enquanto o primeiro interlocutor torna-se ouvinte e assim sucessivamente.

É bem verdade que o conceito de poder não foi tão profundamente abordado na sociologia compreensiva de Weber quanto o conceito de dominação e, portanto, é importante ressaltar e compreender a distinção que o autor faz entre estes dois, embora esta distinção possa ser considerada muito tênue. Enquanto o poder significa “a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade” (Weber 2014, p.33), a dominação, por outro lado, se constitui como:

um estado de coisas pelo qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador ou dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dos dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência). (WEBER, 2012, p. 191)

Deste modo, é possível constatar que, diferentemente do poder, que pode ser operado de maneira cíclica (ora A opera sobre B, ora B opera sobre A), a dominação ocorre por meio de legitimidade, e requer, obrigatoriamente, a aceitação por parte dos indivíduos. Ou seja, há ordens - econômica, jurídica e política - na vida social que se entrelaçam às relações interpessoais, e é pela ordem social que os atores orientam as

suas ações partindo de um conjunto de máximas de comportamento que constituirão uma ética em cada sujeito.

No capítulo IX do segundo volume de *Economia e Sociedade*, Weber discorre sobre as “estruturas e funcionamento da dominação”, onde a descreve como um elemento intrinsecamente ligado à ação social. Ainda, caracteriza a dominação como “um conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto” (Weber, 2012, p.187) e aponta que, de certo modo, “todas as áreas da ação social, sem exceção mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação” (idem).

Num número extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um “objetivo”. (WEBER, 2012, p. 187)

A dominação, como Weber bem aponta, é um caso especial do poder. Em síntese, ela nada mais é do que a crença comum nos mecanismos de legitimidade que permitem que o poder seja exercido de forma não-cíclica entre os atores, ou seja, quando está situado dentro de uma lógica institucional hierarquizada. A dominação ainda, pode ser compreendida como uma série de elementos pela qual a vontade manifesta do indivíduo dominador influi sobre as ações de quem está sendo dominado. Weber apresenta três tipos de dominação, cuja distinção entre cada uma delas ocorre a partir dos seus diferentes mecanismos de legitimidade, sendo que, é considerado por ele como “legítimo” aquilo que os indivíduos aceitam como obrigatório dentro da lógica da ordem social.

A dominação de tipo tradicional, afirma-se enquanto legítima pelo que é concebido como *costume*³⁷ ou hábito arraigado, sendo o

³⁷ Comportamento estritamente tradicional, cuja prática pode vir a se perder no tempo. Ainda que operado de maneira racional, o costume é considerado por Weber uma mera repetição, ou uma prática de caráter não-obrigatório, como, por exemplo, tomar café-da-manhã todos os dias.

exemplo mais puro deste tipo de dominação o poder do chefe de família ou senhor de terras; a dominação de tipo legal é a tipologia que se fundamenta na lei e no direito estatuído em razão da crença em um estatuto legal e competente, fundado em regras racionalmente estabelecidas, as quais conferem obediência, tendo sua legitimidade representada pelas autoridades administrativas em geral; por último, a dominação de tipo carismática é a forma de autoridade que se funda em dons pessoais extraordinários de um indivíduo, articulando-se pela imagem do líder e sua representação simbólica, e legitima-se pela devoção e confiança que é depositada às suas qualidades.

É preciso apontar também a distinção que Weber realiza da dominação em relação a disciplina. Se para Weber “a dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre as determinadas pessoas indicáveis” (Weber, 2014, p. 33), a disciplina, indo por este caminho, constitui-se como uma forma sistematizada do poder, e que se constitui como casos muito mais específicos e concretos da execução do poder: é o comando e a obediência em sua conduta automatizada; “é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas. (idem)

3.3 FOUCAULT PARA ALÉM DA MICROFÍSICA DO PODER

Foucault foi um pensador que não se mostrou indiferente às questões sócio-políticas presentes na história da humanidade. Sendo considerado um filósofo que vivenciou a ruptura para a chamada pós-modernidade, não se contentou em revelar que por trás do aparelho estatal existe uma classe dominante. Foucault aponta que o poder político atua por meio de uma pluralidade de centros e pontos de apoio invisíveis e desconhecidos, indo muito além da constatação de que o Estado moderno é regido pela centralização do poder. Desse modo, um dos compromissos assumidos por ele como intelectual foi encontrar e apresentar os diferentes pontos de atuação do poder, os lugares e as formas com as quais as dominações são exercidas.

Assim como o intelectual de Heidelberg, Foucault nunca buscou elaborar uma teoria completa sobre o poder, apesar de este ser um tema que abrange grande parte de sua obra. O autor coloca a questão como um problema metodológico e busca se distanciar da ideia de poder num eixo tradicional, ao passo em que compreende, da seguinte forma que “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em

ação; [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (Foucault, 2004, p. 175).

O poder foucaultiano é percebido como algo invisível e circulante, transmitido e perpetuado pelos indivíduos, e, assim como foi apontado por Weber, Foucault também considera o antigo modelo de compreensão das relações de poder insuficiente em meio à fluidez presente nas movimentações das relações políticas e sociais, bem como as percebemos e experienciamos. No capítulo IV da *Microfísica do Poder* - os intelectuais e o poder -, diálogo entre Foucault e Deleuze, pode-se compreender a concepção foucaultiana de poder, conforme o trecho:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 71)

O interesse intelectual de Foucault, neste sentido, dirige-se aos diferentes pontos de atuação do poder, os lugares e as formas com as quais as dominações subjetivas são exercidas. Sobretudo, o autor percebe o poder como um produto do conhecimento, sendo o discurso científico um instrumento hegemônico configurado para manter em funcionamento estes sistemas de poder.

Na visão do autor sobre as instituições, diferentemente da atuação judiciária, executiva e legislativa que estabelecem relação direta com o poder, algumas delas como, por exemplo, a Universidade ou o sistema educacional como um todo - que aparentemente podem fazer nada mais que disseminar banalmente o conhecimento -, “são feitas para manter certa classe social no poder; e para excluir os instrumentos de

poder de outra classe.”³⁸ Na *Ordem do discurso*, o autor aponta como o discurso exerce funções de controle e validação das regras de poder em uma determinada sociedade, ao passo em que é, de maneira resumida, caracterizado por uma rede de signos que se conecta com outras tantas redes de outros discursos, que registra, consolida, e reproduz não apenas significados esperados no interior do discurso, mas também significantes, capazes de perpetuar certos valores de uma sociedade. O discurso, ainda, é compreendido como uma prática ou ação social³⁹ e concebido como um objeto de desejo por deter intrinsecamente o poder, além de apresentar-se como algo desinibidamente *amorfo*.

Não que reivindicuem o direito lírico à ignorância ou ao não-saber; não que se trate da recusa de saber ou de ativar ou ressaltar os prestígios de uma experiência imediata não ainda captada pelo saber. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. Pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo mais geral, em um aparelho político com todas as suas aferências, [...]; são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater. (FOUCAULT, 1979, p. 171)

Procurando se distanciar de uma visão econômica do poder, Foucault discute os instrumentos dos quais dispõe para se promover sua análise genealógica: “dispomos da afirmação de que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (Foucault, 1979, p. 175) e, também, “da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (idem). Foucault afirma que o poder é essencialmente repressivo, e que, deste modo, realizar uma análise do

³⁸ FOUCAULT, M. e CHOMSKY, N. Human nature: justice versus power. Disponível em: <https://chomsky.info/1971xxxx/>

³⁹ A tipologia ação social, na sociologia weberiana, é toda prática realizada intencionalmente que produzirá uma relação social.

poder implica em estudar seus respectivos mecanismos de repressão, sendo esta uma relação de dominação.

Quando Foucault afirma que é preciso estudar o poder fora do modelo do *Leviatã*, o que ele quer ressaltar é a necessidade de se pensar o poder fora do campo do Estado e, mais especificamente, da soberania e de suas instituições. [...] A noção de dominação também não é suficiente para dar conta do conceito de poder. (POGREBINSCHI, 2004)

Logo, a intenção de Foucault é de investigar como se dá o processo de sujeição que sujeitam os corpos, dirigem os comportamentos e gestos. É importante ressaltar que é nesta fase genealógica que o interesse deste trabalho reside, tentando buscar identificar um conteúdo que não se confunde com as categorias de poder disciplinar e biopoder, que foram desenvolvidas apenas mais tarde em sua produção teórica. A esta análise interessa a ideia de poder como algo presente em todos os lugares, indo muito além da repressão e relações de dominação. É neste sentido que Foucault demonstra sua visão de poder que vai além da concepção de *poder estatal* apontada por Weber em *Política como Vocação*.

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre outros, de uma classe sobre outras. [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. **Nunca está localizado aqui ou ali**⁴⁰, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. [...] Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 184)

Para Foucault, a concepção de poder não pode ser desenvolvida a partir de uma visão maniqueísta que busca “conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpeia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os” (Foucault, 1979, p. 183), mas sim de uma consciência prática de que o indivíduo é um produto do poder. O indivíduo só se torna sujeito, efetivamente, depois que seu corpo, seus gestos, discursos e desejos são interpelados pelo poder. Ou seja, quando

⁴⁰ Negrito meu.

identificados e constituídos como produto e efeito do poder, este próprio fato leva o sujeito a ser o seu centro de transmissão. "O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (Foucault 1979, p. 184)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise do conceito de poder na concepção dos dois autores, considerando suas metodologias e tradições filosóficas distintas concluímos que tanto em Weber quanto em Foucault estão presentes as dimensões "macro" e "micro" do poder. Esta constatação pode ser feita a partir da (1) dissociação das categorias "poder" e "Estado" na obra weberiana, admitindo que o autor compreende o poder como um elemento que não dispõe de um caráter uno, estático, maciço e centralizado; e (2) ao fato de que, apesar de Foucault estar interessado nos diversos pontos de atuação do poder e principalmente voltar seu olhar para onde ele é capilarizado, não significa que o caráter "macrofísico" do poder (pensando na categoria de poder e Estado) seja completamente desprezado nos escritos e análises do autor.

Segundo Roberto Machado "o que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua" (Foucault, 1979, p. XII). Estes dois aspectos estariam, portanto, intimamente ligados, ao passo em que considerar o poder em suas extremidades, em suas formas locais, capilaridades, e prestar atenção a seus últimos lineamentos possui grande correlação com "a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamento, hábitos, discursos" (idem).

Nas análises foucaultianas é importante destacar que os poderes periféricos não foram absorvidos pelo aparelho de Estado como mecanismo maciço que de maneira decrescente emana o poder sobre os indivíduos. Estes micro-poderes que Foucault analisou se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede de relações humanas, podendo eles dentro da lógica deste complexo estar ou não integrados ao aparelho estatal.

Em relação às questões de ordem metodológica, Foucault mostrou-se preocupado justamente em tratar deste "nível molecular de exercício do poder sem partir do macro para o micro", sendo este um tipo de análise que ele próprio chamou de "descendente", a medida em que analisaria dedutivamente o poder partindo do Estado e buscando ver até onde ele se estende nas esferas mais profundas da sociedade, se introduz e se reproduz em seus elementos mais atomizados. A análise ascendente que Foucault realiza na *Microfísica* estuda o poder não como uma forma de dominação global e centralizada que se "pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na ori-

gem do poder social". Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder. Quando consideramos o conceito de poder em Weber, *par excellence*, é possível identificar a mesma independência e autonomia do que é periférico em relação ao centro, ou seja, o Estado. A diferença entre os autores em relação ao tema reside no fato de que Weber não desenvolveu de maneira tão profunda a noção de poder à qual se referiu como sociologicamente amorfa. Entretanto, é possível perceber Weber como precursor do micro-poder foucaultiano.

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal. Não é assim, entretanto, que Foucault tematiza o poder. [...] A razão é simples, embora apresente uma grande descontinuidade com o que geralmente se entende e se pratica como teoria. [...] Uma coisa não se pode negar às análises genealógicas do poder: elas introduziram um importante deslocamento com relação à ciência política que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder. **Descoberta que de modo algum é inteiramente nova ou inusitada**⁴¹. (FOUCAULT 1979, p. X-XI)

E agora, mais uma vez, devemos estar nos perguntando: por que levantar essa discussão a partir do ponto de vista teórico-metodológico de Weber e Foucault e não de quaisquer outros autores? É claro que não seria possível realizar uma perfeita análise conjetural da obra de Weber

⁴¹ Negrito meu.

e Foucault, especialmente se for considerado o fato de que Foucault raramente realizou menções diretas a Weber. Entretanto, no que diz respeito ao poder, é possível constatar que embora os dois autores partam de tradições filosóficas e metodologias distintas, ambos podem ser considerados convergentes em relação ao intenso interesse no sentido da vida e ação humana. O fato de Roberto Machado ter escrito na introdução da *Microfísica* que a descoberta de Foucault sobre não haver sinonímia entre as categorias Estado e poder não é de maneira alguma nova ou inusitada nos leva a pensar que Weber, meio século antes, já havia percebido em suas pesquisas esta mesma dissociação, embora por muitas razões esta seja uma constatação que acabou passando por despercebida - ou, ainda, tenha sido menosprezada - por aqueles que se propuseram a buscar identificar possíveis pontos de contato entre os autores.

A grande questão sobre esse tema e que foi possível perceber ao longo do desenvolvimento deste trabalho é que, além da intensa afinidade existente entre o que se caracteriza como as dimensões “macro” e “micro” na conceitualização de poder em Weber e Foucault, é como Weber realiza sua análise a partir de seus fundamentos filosóficos kantianos e como Foucault analisa o poder partindo do método genealógico em decorrência da forte influência de Nietzsche em seu pensamento. Eis, então, a diferença essencial nestes dois autores: a questão do sujeito, que para Weber é o do esclarecimento, do homem que faz o uso da própria razão, e da ética da personalidade presente na constituição do *ethos* individual (pensando a partir de uma categoria idealmente perfeita) e que não existe em Foucault.

Ainda, a preocupação em situar os autores em suas dimensões de tempo-espaço, posicionamentos acerca de questões importantes bem como a Modernidade, a ciência, o Iluminismo foi constante e serviu para demonstrar, mais uma vez, que apesar de existir afinidade no que os dois autores compreendem em relação ao poder, as suas respectivas trajetórias intelectuais e posicionamentos correspondem a uma distinção marcante entre os dois autores, principalmente quando pensamos no sujeito enquanto mediador e referência de todas as coisas em Weber em contraposição ao sujeito de Foucault, que é produto das práticas discursivas e que é compreendido a partir das imposições que lhe são feitas exteriormente.

Acredito que os objetivos principais estabelecidos para este trabalho foram alcançados de maneira clara e objetiva, ao passo em que os questionamentos presentes em seu ponto de partida foram respondidos. Conseguimos, aqui, obter resposta para "o que os autores falam sobre o poder", "como o falam", "de onde o falam", "quando o falam" e "por que

o falam". Espero que a problemática levantada neste trabalho possa continuar em processo constante de investigação, uma vez que é sempre surpreendente revisitar os autores - sejam eles clássicos, modernos ou contemporâneos - e colocá-los, juntamente com seus conceitos, sob o olhar de uma outra óptica, exercitando, deste modo, a nossa própria capacidade - enquanto intelectuais - de pôr os autores que vivem numa abstração e nos registros históricos, em contato com a sua própria atualidade diante do mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*.
- ASPER, P. *Nietzsche's sociology*. *Sociological Forum*, v. 4, n. 22, p. 474-499, 2007.
- BITTENCOURT, R. N. *As falácias da ideia de progresso segundo Nietzsche*. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v33i1.9139, 2010.
- DEKENS, Oliver. *Compreender Kanta*. São Paulo, Loyola, 2008.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *O Que São as Luzes?* ["What is Enlightenment?"] in: Rabinow (P), ed., *The Foucault Reader*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1984, p. 32-50.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. e CHOMSKY, N. *Human nature: justice versus power*. DOI: <https://chomsky.info/1971xxxx/>
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Para abrir as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo, Unesp, 1998.
- HABERMAS, Jurgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- HERB, Karlfriedrich. *Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault*. DOI: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/8618/6536>
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento [aufklärung]?* DOI: <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>
- MACHADO, F. prefácio. In: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- NIETZSCHE, F. W. *O Nascimento da Tragédia*. São Paulo, Companhia de Bolso, 2015.
- POGRESBINSCHI, Thamy. *Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder*. DOI: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>
- RINGER, Fritz. *A Metodologia de Max Weber*. São Paulo, Edusp, 2004.
- ROUANET, Sérgio. *As Raízes do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SELL, C. E. *Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx*. Itajaí, Editora UNIVALI, 2002.

_____. *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis, Vozes, 2013.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo, Unesp, 2011.

SZAKOLCZAI, Árpád. *Max Weber and Michel Foucault: Parallel Life-Works*.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Cultrix, 1968.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____. *Economia e Sociedade Vol. 1*. Brasília, Editora UNB, 2014.

_____. *Economia e Sociedade Vol. 2*. Brasília, Editora UNB, 2012.